

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GABRIEL ARAUJO PINHEIRO

**A TEORIA ECONÔMICA DO CRIME:
UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS
SOCIOECONÔMICAS COM A CRIMINALIDADE NO BRASIL**

**Santana do Livramento
2021**

GABRIEL ARAUJO PINHEIRO

**A TEORIA ECONÔMICA DO CRIME:
UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS
SOCIOECONÔMICAS COM A CRIMINALIDADE NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: André da Silva Redivo

**Santana do Livramento
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo autor através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

P654t Pinheiro, Gabriel Araujo
A TEORIA ECONÔMICA DO CRIME: UMA REVISÃO DE LITERATURA
SOBRE A RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS COM A
CRIMINALIDADE NO BRASIL / Gabriel Araujo Pinheiro.
57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Federal do Pampa,
CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2021.
"Orientação: André da Silva Redivo".

1. Criminalidade. 2. Renda. 3. Escolaridade. 4. Desemprego. 5. Economia

GABRIEL ARAUJO PINHEIRO

**A TEORIA ECONÔMICA DO CRIME:
UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS
SOCIOECONÔMICAS COM A CRIMINALIDADE NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: André da Silva Redivo

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29/04/2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. André da Silva Redivo
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Mauro Barcellos Sopena
UNIPAMPA

Prof. Dr. Rodrigo Abbade da Silva
UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu orientador Professor André da Silva Redivo pela dedicação no auxílio da realização do meu trabalho de conclusão de curso. E também agradeço a todos os outros professores que foram de suma importância no meu período acadêmico dentro do curso.

Agradeço as amizades que fiz dentro da universidade, pelos momentos proporcionados e pelo vínculo que criamos, as levarei sempre junto comigo.

E por fim, agradeço a minha família que sempre me deu todo suporte, em especial aos meus pais e a minha companheira pelo apoio constante, sendo fundamentais na formação do meu caráter pessoal e acadêmico.

RESUMO

A criminalidade é considerada um problema social no mundo todo. Além de afetar a segurança pública, também prejudica a economia. A Teoria Econômica do Crime, elaborada por Gary Becker em 1968, elucida o comportamento do criminoso com o propósito de justificar suas ações criminosas. Dentro da teoria criada por Becker e ampliada por Isaac Ehrlich busca-se encontrar relação do crime com as variáveis socioeconômicas. O maior país da América Latina, o Brasil, sofre com os índices de criminalidade em seus redutos, onde registrou 57.956 homicídios em 2018, 27,8 mortes a cada 100.000 habitantes. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a influência dos indicadores socioeconômicos sobre a criminalidade no Brasil. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dentro da área do crime relacionado às variáveis socioeconômicas, tendo como abordagem a relação da criminalidade com o nível de renda, de escolaridade e o desemprego. Para verificar se há relação entre as variáveis, foi elaborada uma síntese sobre as pesquisas encontradas nos trabalhos abordados e foi utilizada, de forma geral, estatística descritiva para comprovar as hipóteses. A partir da síntese exercida, foi constatado que maiores níveis de renda influenciam negativamente a criminalidade; maiores níveis de escolaridade também influenciam negativamente a criminalidade; e, na maioria das análises, maiores níveis de desemprego influenciam de forma positiva na criminalidade. Portanto, esse trabalho visa contribuir com a análise segurança pública do país, de maneira a identificar as relações da criminalidade com as variáveis socioeconômicas dentro do Brasil.

Palavras-chave: Criminalidade; Renda; Escolaridade; Desemprego.

ABSTRACT

Criminality is considered a social issue in the whole world. It affects public safety and the economy as well. The Economic Theory of Criminal Behavior, developed by Gary Becker in 1968, illustrates a criminal's behavior in order to justify their criminal actions. The theory conceived by Becker and expanded by Isaac Ehrlich aims to find the link between crime and socioeconomic variables. The biggest country in Latin America, Brazil, suffers from high criminality indexes in its territory, reporting 57,959 homicides in 2018, 27.8 deaths every 100,000 people. Therefore, this paper intends to analyze the influence of socioeconomic indicators on Brazil's criminality. In order to achieve that goal, a bibliographic research on criminal area correlated with socioeconomic variables has been made, having the connection of criminality with income level, scholarship and unemployment as approach. In order to verify whether there is correlation among the variables, it's been made a synthesis of the results found in the researched papers, using descriptive statistics to confirm the hypotheses. From that, it's been noticed that, in general, high levels of income and scholarship are inversely proportional to criminality levels; On the other hand, high levels of unemployment are proportional to high levels of criminality. In this manner, this paper attempts to contribute with the study of public safety in the country, in order to identify the correlation of criminality with socioeconomic variables in Brazil.

Keywords: Criminality, Income, Scholarship, Unemployment.

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1 - Taxa de Homicídio Brasil e Grandes Regiões por 100 mil habitantes 2008-2018..</u>	30
<u>Figura 2 – Número e Taxa de Homicídios no Brasil 2005-2015</u>	34
<u>Figura 3– Indicadores Socioeconômicos e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes no Brasil 1981-2007</u>	35
<u>Figura 4 – Taxa de Homicídios das Unidades Federativas do Brasil entre os anos de 2001 e 2009</u>	39
<u>Figura 5 – Renda domiciliar <i>per capita</i> das Unidades Federativas do Brasil entre os anos de 2001 e 2009</u>	40
<u>Figura 6 – Nível de Escolaridade dos presidiários no Brasil em 2015.....</u>	44
<u>Figura 7 – Índice de Emprego entre os anos de 2001 e 2009 no Brasil</u>	48

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 – Resumo da Metodologia</u>	17
<u>Quadro 2 – Quantidade de presos por grau de instrução escolar em 2012</u>	36
<u>Quadro 3 – Relação entre Renda e Criminalidade no Brasil</u>	41
<u>Quadro 4 – Nível de Escolaridade e variação da Taxa de Homicídios entre os anos 2000-2018 nas Macrorregiões brasileiras</u>	42
<u>Quadro 5 – Relação entre Escolaridade e Criminalidade no Brasil</u>	45
<u>Quadro 6 – Relação entre Desemprego e Criminalidade no Brasil</u>	49

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1 – Taxa de Homicídios e PIB <i>per capita</i> das Macrorregiões brasileiras em 2012.....</u>	38
---	----

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	12
<u>1.1 Objetivos</u>	14
1.1.1. <u>Objetivo Geral</u>	14
1.1.2. <u>Objetivos Específicos</u>	14
<u>1.2 Justificativa</u>	14
<u>1.3 Metodologia</u>	15
<u>2 ASPECTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA DO CRIME</u>	19
<u>2.1 Criminalidade e Renda</u>	20
<u>2.2 Criminalidade e Escolaridade</u>	24
<u>2.3 Criminalidade e Desemprego</u>	27
<u>3 VISÃO GERAL SOBRE CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E DADOS SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL</u>	30
<u>3.1 Um panorama sobre criminalidade e violência no Brasil</u>	30
<u>3.2 Criminalidade e Indicadores Socioeconômicos no Brasil</u>	33
<u>4 CRIMINALIDADE E DADOS SOCIOECONÔMICOS DO BRASIL</u>	38
<u>4.1 Criminalidade e Renda no Brasil</u>	38
<u>4.2 Criminalidade e Escolaridade no Brasil</u>	41
<u>4.3 Criminalidade e Desemprego</u>	46
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	50
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	53

1 INTRODUÇÃO

O tema da criminalidade é preocupante no mundo todo, principalmente a violência presente em países com menores índices de desenvolvimento e é fator de relevância para a comunidade internacional, que através de pesquisas realizadas globalmente nas nações busca maneiras de melhorar este quadro. A relevância deste fator já foi mostrada pela *United Nations Office on Drugs and Crime*¹(UNODC), no seu estudo que publicado em 2013, aborda a questão das mortes geradas pela criminalidade de maneira global. Comunidades e famílias estão sendo destruídas pelo crime, levando os jovens para a violência, afetando demasiadamente as nações pelo mundo. De acordo com estudo sobre homicídios, ocorreram 437 mil mortes por homicídio no mundo no ano de 2012 (UNODC, 2014).

Entretanto, de acordo com este estudo realizado pela UNODC há a tendência de polarização dos homicídios, pois os relatos mostram que entre os países mais perigosos do mundo estão os da América Latina e da África, responsáveis por mais de 60% das mortes por homicídio. Liderando o ranking mundial está Honduras, onde ocorreram 90 mortes a cada 100 mil pessoas, enquanto a média mundial é de 6,2 assassinatos para cada 100 mil pessoas. Na mesma pesquisa, o Brasil ocupa o 16º lugar entre os países mais perigosos do mundo com uma taxa de 25,2 homicídios a cada 100 mil habitantes, sendo responsável por 10% das mortes ocasionadas por homicídio no mundo, um número 4 vezes maior que a média mundial (UNODC, 2014).

A criminalidade de fato é um problema global, entretanto, conforme a UNODC (2014), há uma polarização no crime, ou seja, em alguns lugares no mundo os índices de violência e os homicídios são mais presentes. Em 2012, ocorreu quase meio milhão de mortes causadas por homicídio no mundo inteiro, sendo 36% dos homicídios ocorridos nas Américas, 31% na África e 28% na Ásia, em números bem menos expressivos aparece a Europa com 5% e a Oceania com 0,3%.

O relatório periódico do Atlas da Violência é um dos responsáveis por medir os índices de criminalidade no Brasil, por meio de informações fornecidas pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) gerado pelo Ministério da Saúde. O Atlas da Violência é resultado da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2020 em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicaram o Atlas da Violência 2020, estudo que analisa os homicídios no Brasil de 2008 a 2018. No documento foi exposta a quantidade de homicídios praticados no Brasil, que registra 57.956 mil

¹ Tradução Livre: Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime.

homicídios em 2018, 27,8 mortes a cada 100 mil habitantes no Brasil, sendo que mais de 50% das vítimas foram jovens entre 15 e 29 anos (IPEA, 2020). Considera-se que a taxa de 27,8 mortes a cada 100 mil habitantes está acima do número esperado pelo Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, aprovado pelo Senado em 2018, onde espera que o Brasil reduza sua taxa de homicídios para o padrão de menos de um dígito a cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2018).

Para entender o que leva ao crime, precisamos entender o comportamento do criminoso. E este tema é abordado desde Gary Becker em 1968, considerado o pai da Teoria Econômica do Crime, seguido de Isaac Ehrlich. Seus estudos realizavam ilações do crime com os problemas socioeconômicos que permeavam dentro da sociedade, visando compreender estes fenômenos e como a desigualdade de renda, a falta de educação, saúde e emprego poderiam levar o indivíduo para o mundo do crime (VIAPIANA, 2006).

Ehrlich (1973) ao observar o comportamento do criminoso e da sociedade em relação ao crime, constatou que havia um elo que relacionava o crime com a teoria neoclássica da economia. Este elo seria entendido como a Teoria do Custo de Oportunidade, o qual determina a probabilidade de um indivíduo vir a cometer um crime.

A criminalidade tem um custo alto, dado que a violência ocasionada por ela impede o desenvolvimento econômico dos países. No âmbito macroeconômico, por exemplo, a violência diminui o investimento externo em conjunto com a poupança interna, enquanto relacionado à microeconomia boa parte dos gastos públicos tem de ser atribuídos à segurança, logo impedem o investimento para setores carentes de recursos, como saúde e educação (BUVINIC; MORRISON; SHIFTER, 1999).

A violência tem um custo alto para os países e para os indivíduos, pois a segurança pública estável é um bem desejado por todos, os gastos com a criminalidade de fato têm o poder de diminuir a ocorrência de crimes, e neste caso o custo com a segurança pública se tornaria investimento, porém se as políticas de segurança pública não atingem seu objetivo (reduzir a violência) este deixa de ser um investimento e torna-se um custo para o país (KHAN, 1999).

No Brasil a criminalidade é um problema social que cada vez mais leva a atenção do país, a preocupação da sociedade para com a criminalidade de fato existe, os brasileiros demonstram preocupação com o próprio bem-estar e segurança. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) nas capitais brasileiras em 2016, a segunda maior preocupação dos cidadãos em relação às eleições é a segurança, onde apenas a saúde é mais importante. A preocupação com a segurança além do bem-estar é motivada

pela preocupação com a economia, pois em diversos estudos dentro da Teoria Econômica do Crime demonstra como a criminalidade pode trazer ineficiência para a economia (MIJAN, 2017). Frente a esse contexto, o presente trabalho se questiona: qual a influência dos indicadores socioeconômicos sobre a criminalidade no Brasil?

1.1 Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é a análise da influência dos indicadores socioeconômicos sobre a criminalidade no Brasil.

1.1.2. Objetivos Específicos

- a) Realizar uma revisão de literatura sobre economia do crime e identificar as variáveis socioeconômicas correlacionadas à criminalidade;
- b) Revisão da criminalidade no Brasil e suas variáveis socioeconômicas; e
- c) Realizar uma síntese das análises sobre a influência dos indicadores socioeconômicos da criminalidade no Brasil.

1.2 Justificativa

O tema da criminalidade é de suma importância, pois atinge de forma direta e negativa a sociedade, tanto no aspecto social quanto no aspecto econômico. O surgimento da teoria econômica do crime reforçou a relevância para a análise do comportamento criminal, o que leva um indivíduo a cometer um crime e que problemas isso pode trazer para a sociedade. O custo da criminalidade no âmbito social é considerado alto, devido a prejuízos nas propriedades alheias, gerar gastos públicos e privados para que seja combatida, além da redução da qualidade de vida dos indivíduos que convivem em uma população com altos índices de crimes (OLIVEIRA, 2017).

Entendemos que seja bastante relevante a análise da Teoria Econômica do Crime para compreender a tomada de decisão do criminoso na prática de atividades ilegais, dado que a criminalidade é um problema atemporal, que está perpetuado na sociedade há vários séculos. Os estudos sobre a criminalidade se baseiam nessa teoria e nos ajudam a compreender o porquê de a criminalidade ser um problema social. O interesse pelo tema é buscar o

entendimento de como os crimes podem impactar nos aspectos sociais e econômicos no Brasil e no mundo.

No ponto central da Teoria Econômica do Crime encontramos Gary Becker, vencedor do Prêmio Nobel da Economia em 1992, seguido de seu sucessor Isaac Ehrlich, que contribuiu junto de Becker para entender a formação do criminoso. No âmbito nacional, um dos principais pesquisadores sobre criminalidade é o IPEA, sob as análises do autor Daniel Cerqueira. O instituto é responsável pela publicação dos dados sobre a violência no Brasil, sua principal contribuição é a publicação anual do Atlas da Violência. As variáveis econômicas que serão abordadas são consideradas como indicadores negativos na economia, onde supostamente sua existência pode ser um gerador de criminalidade, o foco deste estudo é entender como a renda, a escolaridade e o desemprego podem afetar negativamente a economia.

Dentro da Teoria Econômica do Crime, ampliada por Ehrlich (1973), a desigualdade de renda pode ser um propulsor para o aumento do nível de criminalidade. Enquanto o indivíduo está longe da escola, teoricamente está mais próximo do crime, a evasão escolar é um motivador para cometer delitos, pois sem educação é mais difícil de inserir no mercado de trabalho, logo o custo de oportunidade para o crime se torna menor para níveis mais baixos de escolaridade (VIAPIANA, 2006). No âmbito do desemprego, Ehrlich (1973) entende que o motivador para a ação criminosa é a busca por renda, onde supostamente o indivíduo que esteja desempregado não possua renda. Esse trabalho visa compreender como os problemas socioeconômicos podem influenciar os índices de criminalidade no Brasil.

1.3 Metodologia

Este estudo utilizou o método descritivo de pesquisa, que se entende por delinear o que é o objeto a ser estudado. Este atenta para a descrição dos fatos, seus registros e principalmente a análise e a interpretação dos fenômenos da área que está sendo abordada. Serão descritos nessa pesquisa os materiais encontrados por meio de pesquisa bibliográfica. Esta é utilizada quando a pesquisa é feita com documentos que já foram postados (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para que exerça o devido significado social dos fatos, também se fez uso da metodologia de pesquisa qualitativa. A escolha foi realizada por causa da natureza do fenômeno e para conseguir lidar com as informações de forma mais adequada, a partir da abrangência qualitativa, os fatos são observados de acordo com as pesquisas realizadas na

área da criminalidade em relação às variáveis socioeconômicas. Os estudos realizados são embasados na teoria e em estudos ligados a realidade de nossa experiência empírica. Esse método proporciona a melhor observação dos fenômenos que ocorrem na sociedade (CRESWELL, 2010).

No âmbito dos trabalhos encontrados por meio da técnica de coleta da pesquisa bibliográfica, o método indutivo foi usado de forma predominante. Este método consiste na observação dos fenômenos que estão sendo estudados através da busca da relação que há entre eles, com o intuito de encontrar e generalizar suas semelhanças. A fim de compreender a essencialidade do estudo, a utilização do tratamento objetivo dos fatos, com a utilização da matemática e estatística para a comprovação dos dados científicos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Foram utilizadas distintas técnicas de pesquisa para cada um dos objetivos, conforme o Quadro 1. Para a identificação das variáveis socioeconômicas correlacionadas à criminalidade, foi utilizada pesquisa bibliográfica para verificar como se determinou cada variável socioeconômica em relação à criminalidade. Onde há a consistência de autores bastante referenciados como Isaac Ehrlich, Gary Becker e Richard Freeman no âmbito internacional, e no Brasil utilizando de anuários institucionais como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública artigos de periódicos publicados pelo IPEA, como o Atlas da Violência e também editais publicados por estes órgãos de segurança pública. Os dados sobre a criminalidade geralmente estarão relacionados ao número de homicídios, o qual responsável pela coleta é o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM). Também foi realizada pesquisa bibliográfica elaborada com base em livros, teses, artigos e dissertações que descrevam as variáveis socioeconômicas em relação ao crime presente dentro da teoria econômica do crime (GIL, 2002).

Na observação da criminalidade no Brasil e suas variáveis socioeconômicas foi feita uma busca de dados em pesquisa documental, visando encontrar informações sobre a criminalidade nos estados brasileiros para verificar o que pode determinar a sua presença. A relação foi abordada pelos dados referentes ao nível de renda, de escolaridade e de desemprego no país. Enquanto para dar o embasamento teórico necessário ocorrerá uma revisão bibliográfica desses determinantes (GIL, 2002).

Quadro 1 – Resumo da Metodologia

Objetivo	Metodologia da economia	Metodologia de Pesquisa	Técnicas de coleta	Bibliografia
I - Realizar uma revisão de literatura sobre economia do crime e identificar as variáveis socioeconômicas correlacionadas à criminalidade	Indutiva	Qualitativa	Pesquisa documental e bibliográfica	Akers e Jensen (2006) Araujo e Antigo (2015) Araujo e Fajnzylber (2001) Araujo Jr (2002) Batella e Diniz (2010) Beato (2000) Becker (1968) Boldori (2016) Cerqueira (2014) Cerqueira e Lobão (2003) Cohen e Felson (1979) Duenhas, Gonçalves e Junior (2014) Ehrlich (1973) Freeman (1994) Khan (2001) Kume (2004) Lochner (2007) Lochner e Moretti (2004) Loureiro e Carvalho Jr (2007) Machin e Meghir (2004) Mendonça (2001) Merton (1938) Oliveira (2017) Rosa (2018) Santiago e Guimarães (2019) Santos e Kassouf (2008) Santos, Casagrande e Hoeckel (2015) Schaefer e Shikida (2001) Silva (2007) Souza (2009) Viapiana (2006)
II - Observação da criminalidade no Brasil e suas variáveis socioeconômicas;	Indutiva	Qualitativa	Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa documental	Boldori (2016) Cerqueira (2013) Cerqueira (2014) CNM (2009) Conti (2017) FBSP (2014) FBSP, Instituto Igarapé e Instituição Souza Paz (2018) Guirardi e Manolescu (2009) IPEA (2020) IPEA e FBSP (2017) Khan (2001) Prando (2007) Seillier (2010) Théry (2018) Torelly, Silva e Madeira (2006)
III – Realizar uma síntese das análises sobre a influência dos indicadores socioeconômicos da criminalidade no Brasil.	Indutiva	Qualitativa	Pesquisa bibliográfica.	Becker e Kassouf (2017) Castiglioni e Araujo Filho (2016) Castro (2019) Cavalcanti (2019) Ferreira <i>et al</i> (2020) Marcondes (2020) Pereira (2017) Thomé e Vonbun (2017) Zanetti (2019)

Fonte: Elaboração Própria

Para sintetizar as análises que tratam sobre a influência dos indicadores socioeconômicos da criminalidade no Brasil, foi executada uma revisão bibliográfica, sob a

análise do que os determinam, ou seja, o quanto os indicadores socioeconômicos como a renda, a escolaridade e o desemprego podem ampliar ou amenizar os fatores da criminalidade dentro do Brasil, em contraposição. Dentro da revisão bibliográfica foram analisados os diversos métodos de pesquisa para sintetizar a influência das variáveis em relação ao crime.

No capítulo 2 é elaborada uma revisão de literatura abordando os principais autores e aspectos da criminalidade em relação às variáveis socioeconômicas, onde foi abordada a Teoria Econômica do Crime e as pesquisas realizadas dentro dessa área. O capítulo 3 visa auxiliar na compreensão dos índices de criminalidade dentro da realidade brasileira, onde são abordados os principais autores brasileiros e os anuários referentes ao problema da segurança pública. Por fim, no capítulo 4 é efetuada uma síntese relatando os resultados das análises dos índices socioeconômicos em relação ao crime no Brasil.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA DO CRIME

As primeiras análises mais profundas sobre o comportamento do criminoso surgem com a teoria econômica do crime, que surgiu no final dos anos 1960 por Gary Becker, vencedora do Prêmio Nobel da Economia em 1992. Esta foi a base para diversos estudos dentro dessa área. A teoria econômica do crime avalia o comportamento do criminoso associando com a teoria da escolha racional. Na sua compreensão sempre que houver benefício marginal sob a prática de atividades ilegais em comparação a possibilidade de haver punição por este ato, maior a chance desse indivíduo praticar atividades criminosas. Ou seja, vale mais a pena para o criminoso seguir praticando crimes do que se adequar às práticas legais na sociedade, mesmo que possivelmente haja coerção legislativa por parte das autoridades ou coerção moral por parte da sociedade (BECKER, 1968).

Gary Becker descreve a atitude criminosa como uma escolha de trabalho ilegal do indivíduo que comete o crime, de modo que sirva como um contraponto às atividades legais praticadas no cerne da sociedade. A diferença substancial é que o indivíduo dispõe de seu tempo de forma puramente racional em prol de seus ganhos, não levando em consideração aspectos morais sobre a prática de crimes. Logo não se importa com o julgamento social e se propõe a correr riscos em relação a punições que possa a vir sofrer judicialmente (VIAPIANA, 2006).

A teoria de Becker é entendida como um aprofundamento da teoria utilitarista de Jeremy Bentham, uma das vertentes da teoria neoclássica da economia, que já entendia razões por detrás dos atos criminosos cometidos dentro da sociedade. Estes ocorrem a partir de uma avaliação, feita sob a análise da utilidade que o crime compõe para o indivíduo. O que motiva o indivíduo é o possível lucro que o crime trará para ele e o que pode impedi-lo é o castigo imposto pela justiça e/ou sociedade, essas duas situações serão medidas pelo indivíduo, se a força do lucro for maior o crime será cometido, se a força do castigo for maior, o crime não será cometido (SCHAEFER; SHAKIDA, 2001).

A criminalidade é um dos piores problemas a ser enfrentada pelos países, a busca pela solução desse problema tem sido o desafio da segurança pública, o que leva a investigação sobre o possível impacto que as variáveis socioeconômicas podem inferir nesse aspecto. Para enfrentar esse problema, são feitas correlações com os índices de renda média das famílias, escolaridade, desemprego, de pobreza e desigualdade de renda. Partindo do pressuposto do quanto menor a escolaridade, maior a pobreza e menor a renda, maior a tendência de uma sociedade criminosa. Esse pressuposto leva-nos a entender que a criminalidade pode ser

resultado de piores condições econômicas, de forma a contribuir fortemente para a explicação de variações na produção criminal (FREEMAN, 1994).

O combate à desigualdade de renda é uma das formas mais citadas de combater as altas taxas de criminalidade presentes em países menos desenvolvidos. Mendonça (2001), ao analisar o caso brasileiro, utiliza do índice de Gini² para relatar que a desigualdade social oferece impacto positivo na criminalidade, no estudo que fez sobre os estados brasileiros. Além do índice de Gini, também se analisa a proximidade dos indivíduos marginalizados com o consumo de referência praticado pelas classes sociais mais altas, essa proximidade gera insatisfação nos indivíduos que estão à margem dos grupos que concentram renda. A insatisfação leva a prática de crimes de cunho econômico, visando consumir os itens do padrão de consumo referência, os quais dispõem as classes sociais mais ricas.

Quando observamos a condição racional do criminoso, passamos a buscar o que leva ao indivíduo essa condição em termos socioeconômicos, que podem ser explicados por algumas variáveis explicativas, que são: 1) renda domiciliar *per capita*; 2) desigualdade de renda; 3) nível educacional; 4) nível de pobreza; 5) taxa de desemprego; 6) proporção de lares uniparentais; 7) proporção de jovens do sexo masculino; 8) gastos em segurança pública, como medida de repressão ao crime, e; 9) gastos em assistência social (LOUREIRO, CARVALHO JR, 2007).

2.1 Criminalidade e Renda

A partir desta constatação é importante relacionar variáveis socioeconômicas com o crime, é importante buscar qual a origem do crime, em que condições ele ocorre, para que haja uma melhor compreensão do fenômeno. Como se determina a criminalidade, a maneira como ocorre para que se expanda e se permeie dentro da sociedade. Uma dessas variáveis correlacionadas é a renda.

Isaac Ehrlich (1973) expande as ideias de Becker, assim percebendo correlações entre as atividades criminosas com a desigualdade de renda e na renda média enfrentada por determinados nichos sociais. Assim, partimos do pressuposto que o potencial criminoso pertença a classes de menor renda quando comete crime de natureza econômica (visando bens materiais). A desigualdade expressa na situação criminal é representada pela distância entre a expectativa de renda do criminoso e a expectativa de renda da vítima que sofre o crime.

²O Índice de Gini é a ferramenta responsável por analisar os graus de concentração de renda, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. É medido entre 0 e 1, quanto mais próximo de 0 maior a igualdade, quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade.

Portanto, espera-se que a vítima tenha uma condição melhor de renda, enquanto o criminoso pertença a uma condição desfavorável no sentido econômico, essa condição desfavorável seria um dos motivadores para a execução do ato criminal.

Para explicar os fatores propulsores que levam a praticar atos criminosos, é necessária a abrangência envolvendo o comportamento social de cada indivíduo, levando em conta pelo menos dois aspectos: o primeiro, a compreensão do que motiva a realização do ato e o comportamento individual de cada cidadão. O segundo, como tais comportamentos se distribuem e se deslocam pelo tempo espaço. O *homo economicus*, na forma de comportamento do indivíduo serve como ferramenta para explicar sua tomada de decisões, o criminoso racional busca o lucro como forma de satisfação e torna isso sua prioridade (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003).

A renda *per capita* possui influência direta em relação à criminalidade e em conjunto com a desigualdade de renda são responsáveis por proporcionar incentivos em prol do crime, em consequência do aumento da taxa de homicídios. O aumento da renda *per capita* é um alento no combate à criminalidade, no sentido de diminuir a violência. Pois se na média os indivíduos possuem o necessário para seu consumo, dificilmente irão recorrer a atividades criminais para possuir renda. Logo o aumento da renda *per capita* possui uma relação negativa com o crime (CERQUEIRA, 2014).

O princípio hedonista serve para analisar as atitudes de um criminoso com pretensões econômicas, o indivíduo seria visto como uma espécie de agente econômico, onde seu principal objetivo é obter lucro em suas atividades. Porém, ao praticar crimes existe o risco deste indivíduo sofrer alguma sanção como prisão, multa e morte. Mesmo com esse risco calculado, o crime acaba por render ganhos marginais, onde se encaixa perfeitamente na ideia utilitarista de máximo ganho com o mínimo esforço (SHAEFER; SHAKIDA, 2001). Essa tomada de atitude do indivíduo que comete o crime pode se relacionar ao custo de oportunidade na economia. Esta corresponde a uma oportunidade que se viabiliza para que se cometa um crime capaz de gerar um retorno financeiro com determinado risco calculado. Ou seja, o crime depende apenas de uma oportunidade, basta a vontade do indivíduo querer cometê-lo (COHEN; FELSON, 1979).

A prática de crimes pode ser observada como uma condição de desorganização social. Esta é perceptível após uma análise local, onde são extraídos seus aspectos, entendidos como a compreensão das motivações do comportamento individual e também o comportamento de inclusão e exclusão dentro dos grupos da sociedade. Buscam-se os motivos para o caos social relacionado à segurança pública. Essa análise sistêmica enfoca no aspecto do *status*

econômico, também na mobilidade residencial, onde podem ser encarados como impulsores para a realização de práticas criminosas, levando-nos a crer que a busca por determinado *status* leva a que tais indivíduos cometam atos ilegais judicialmente. Esses impulsores seriam de certa maneira responsáveis pela desigualdade social e de renda, entretanto, como uma consequência indesejável o crime emerge como forma de combater essa injustiça vista sob o olhar do criminoso marginalizado (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003).

O custo moral que envolve o crime também é calculado no ato criminoso. Esse custo moral entende-se como a coerção social que o criminoso sofre após seu ato ilegal visto na forma social. Entretanto, o custo moral pode ser visto de forma subjetiva, pois quem irá julgar ou não este ato é o ambiente no qual o indivíduo vive. A realidade não tende a ser a mesma para todos, logo o mercado ilícito passa a ser visto como uma opção viável, pois além do benefício financeiro, o custo moral não será um aspecto que pesará negativamente na hora do raciocínio envolto perante o ato de cometer um crime ou não (SANTOS; CASAGRANDE; HOECKEL, 2015).

Entender o aspecto do criminoso racional é fundamental para o prosseguimento da teoria econômica do crime, pois é o que fornece a lógica para a razão sistêmica dos níveis de criminalidade em determinadas regiões. As razões que envolvem fatores sociológicos, biológicos e psicológicos inferem diretamente no comportamento individual, dessa maneira agregamos a marginalização destes indivíduos perante a sociedade, como repreensões policiais e judiciais, além da concentração de renda para os mais ricos e de pobreza para os mais pobres, essa distinção social colabora para a prática de crimes (LOUREIRO; CARVALHO JR., 2007).

Um dos primeiros a observar a relação positiva entre criminalidade com a desigualdade foi Ehrlich (1973), ao analisar as taxas de crime dos Estados Unidos da América (EUA) dos anos 1940 até 1960. A partir dessas constatações busca-se frear a condição da violência a partir de punições incentivadas por gastos sociais e políticas redistributivas, tais como auxílios de renda, que torne mais alto o custo de oportunidade para ser preso. No Brasil Andrade e Lisboa (2000) realizaram um estudo semelhante. Os pesquisadores analisaram as décadas de 1980 e 1990 e constataram relação positiva entre aumento do salário real e a queda do desemprego com as taxas de homicídio praticadas no país. Logo, a partir dessa síntese podemos compreender as condições que levam a situação da violência (SCHAEFER; SHAKIDA, 2001).

Encontra-se bastante correlação do gasto público com a criminalidade nos estudos sobre economia do crime. Sua ligação é com o contingenciamento que a força policial pode

oferecer, além de medidas de integração proporcionadas pela assistência social. É esperado que o resultado do aumento do gasto público em relação à segurança social exerça efeito negativo sob as taxas de criminalidade presente neste mesmo ambiente. A participação da assistência social se encontraria na redução do custo de oportunidade que o indivíduo obteria cometendo o crime. A ajuda assistencial se daria pela geração de renda mínima ao potencial criminoso, assim se reduziria em curto prazo os anseios do indivíduo entrar no crime e também redistribuiria renda. No longo prazo medidas assistenciais proporcionam a redução das taxas criminais devido a essa redistribuição de renda. Além disso, promove o aumento, da possibilidade de inserção no mercado legal de trabalho por parte da sociedade que está marginalizada (LOUREIRO; CARVALHO, 2007).

A pobreza possui relação direta com o crime, de forma a exercer forte impacto perante as taxas de crime, pois quanto maior a pobreza, menor o custo de oportunidade para que os indivíduos cometam crimes. Logo a incidência tende a aumentar para todos que estejam dispostos a arcar com este custo, a pobreza é encarada como um dos fatores principais pelo aumento das taxas criminais. A pobreza está ligada a exclusão social dos indivíduos, que serve como propulsor para comportamentos violentos. Além disso, pessoas pobres geralmente estão em ambientes marginalizados e com maior violência. Logo sua relação com o crime é mais próxima, o que aumenta a tendência de os indivíduos sofrer com crimes nestes ambientes e também vir a cometer crimes (OLIVEIRA, 2017).

Outra forma de analisar a relação de crimes com a economia é por via da teoria Neo-Marxista, que tem como principal referencia o sociólogo Richard Quinney. Esta teoria sugere que o aumento de crimes contra a propriedade, ou seja, de maneira a visar ganhos econômicos sob outros indivíduos, possui estreita relação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A abordagem é feita devido a existência de contradições presentes no sistema capitalista, tais como alienação, desigualdade e concentração de renda, essas seriam determinantes para que se exista um comportamento antissocial dentro da sociedade (SANTOS; CASAGRANDE; HOECKEL, 2015).

Quando intensificamos o debate do problema social da criminalidade, nos deparamos com as desigualdades sociais impostas pelo modo capitalista de produção. Frente ao seu objetivo intrínseco, que é a acumulação de capital, este invariavelmente acaba prejudicando uma parte dos membros da sociedade que ficam expostos à exploração. Estes acabam marginalizados dentro da pobreza e provavelmente mais sujeitos a cometer crimes (SILVA, 2007).

A desigualdade social composta no sistema capitalista pode ser observada a partir da análise do comportamento coletivo realizada por Merton (1938), onde a sociedade de forma geral tende a desejar produtos símbolo. Como referidos pelo autor, esses objetos são desejados por todos, mas não são obtidos pela maioria. Essa discrepância entre desejar e não obter configura o sentimento da frustração, de forma que os indivíduos que não possuem se sintam excluídos de nichos sociais os quais gostariam de pertencer. O resultado disso é a obtenção do sucesso ao obter esse produto símbolo, independente do preço, mesmo que venha a custar seu preço moral. O indivíduo acaba por cometer crimes, de forma a desencadear este problema social que diversos países enfrentam.

O modo atual do sistema capitalista de produção é representado pelo fenômeno social que vem crescendo desde os anos 1970, conhecido como Neoliberalismo. O Neoliberalismo é a forma incessante da liberdade econômica de consumo. O preço desta liberdade é pago pelos marginalizados em países menos desenvolvidos, conhecidos como periféricos presentes principalmente na América Latina e na África. Uma das principais consequências desse modo de vida consumista é a menor capacidade de inserção social para todos os indivíduos, pois nem todos podem ter o mesmo padrão de consumo que a média ou a maioria. Este processo só aumenta os incentivos para a concentração de renda, o que acaba sendo um catalisador para a criminalidade, dentro das poucas possibilidades que sobram para o indivíduo marginalizado se encontra a oportunidade do crime, que desencadeia tal atitude (SANTOS; CASAGRANDE; HOECKEL, 2015).

2.2 Criminalidade e Escolaridade

Os índices de escolaridade da população podem causar interferência nos índices de criminalidade, devido as alterações que o nível educacional proporciona para o custo de oportunidade de cometer um crime. Quanto maior o nível de educação do indivíduo, maior a probabilidade de se encaixar no mercado de trabalho legal, logo seu custo de oportunidade aumenta para o crime. Enquanto quem possui menor escolaridade a dificuldade de inserção no trabalho legal se torna maior, logo seu custo de oportunidade diminui para a prática criminosa, os seus incentivos tendem a ser maiores para a entrada no mercado ilegal devido a sua condição de baixa ou nula renda (VIAPIANA, 2006).

A presença de escolaridade pode ser responsável pela redução da criminalidade, tanto que segundo Kume (2004), a maior presença de escolaridade nos municípios brasileiros é responsável pela redução da criminalidade no mesmo período. Ainda que o nível educacional

possa causar resultados conflitantes no que diz respeito a criminalidade. Para um indivíduo que possui um maior nível de escolaridade o custo moral de cometer um crime se torna maior, pois tem mais condições de estar empregado formalmente. Logo a tendência de necessidade para o crime é menor, entretanto devido a provável capacidade de elaboração do indivíduo, seus lucros com o delito tendem a ser maiores, além de que reduz a probabilidade de ser preso.

O que pode explicar mais detalhadamente o fator escolaridade, com outros fatores abordados além das oportunidades de mercado de trabalho, é o ambiente civilizado, que visa formar cidadãos dentro de uma escola. A relação dos alunos entre si, com os professores, a qual envolve vínculos também trazem efeitos negativos a criminalidade, no momento em que se forma o cidadão dentro de ambientes como esse, a propensão a cometer crimes tende a diminuir (AKERS, JENSEN, 2006).

O nível de escolaridade também explica a condição de criminalidade presente em determinados locais. Segundo Araújo e Fajnzylber (2001), quando há maior demanda por nível de escolaridade presente, menor é a demanda por cometer atos criminosos contra a propriedade alheia. Além de que maiores níveis educacionais invariavelmente estão ligados a maiores níveis de renda. Ou seja, com maior nível de renda o custo moral para cometer um crime se torna mais alto. Ou seja, quem busca cometer crimes geralmente se dispõe porque sua renda é desfavorável, o que ajuda a conscientizar as escolhas do indivíduo é o ambiente escolar, a educação pode tornar menor a chance de o indivíduo cometer crimes.

A relação negativa do crime com a educação é dada pela privação educacional que os indivíduos marginalizados sofrem. Esta privação gera o desconforto necessário para suas escolhas, o levando a praticar atividades criminosas (LOCHNER; MORETTI, 2004). No Brasil, existem taxas relevantes de não-escolaridade, neste caso é observada uma relação positiva entre a taxa de homicídios com o analfabetismo. Aliado a isso, é constatado que quem possui melhor nível de escolaridade, aproveita de melhores condições de renda. Os indivíduos perpetuados no mundo crime geralmente possuem condição financeiramente menos atrativa no mercado legal, o que diminui seu custo de oportunidade para praticar crimes (ARAÚJO; FAJZNLBER, 2001).

A prática de crimes tende a ser maior em regiões com índices mais baixos de escolaridade, essa relação negativa da criminalidade com a educação demonstra que a falta de estudo gera menor conscientização do que pode gerar a prática de crimes, além do fato dos indivíduos com baixa escolaridade possuírem menos oportunidades no mercado de trabalho. O que o propulsiona para práticas criminosas dentro da sociedade (BATELLA; DINIZ, 2010).

Os delitos violentos cometidos contra a propriedade geralmente são cometidos por indivíduos com um nível de educação escasso, a oportunidade de renda está atrelada a um crime que seja executado, pois devido a sua baixa escolaridade as oportunidades no mercado de trabalho não existem. A capacidade de mais jovens possuírem prospecção no mercado formal de trabalho podem impactar negativamente na criminalidade. E essa oportunidade de trabalho formal é capacitada pelo estudo (LOCHNER, MORETTI, 2004).

Em alguns casos a relação da criminalidade com a educação pode ser positiva, por exemplo, quando o crime cometido exige maior planejamento e execução. Nesses casos as motivações para a prática de crimes podem ser diversas outras, como a renda, por exemplo, que diminui o custo de oportunidade para a prática dos crimes. O que pode pesar contra ao planejamento e execução dos crimes é o custo moral, principalmente quando a atividade demandar crime de violência (ARAUJO JR., 2002).

O combate à criminalidade pode ser feito a partir de incentivos por parte do governo, com investimentos em segurança pública e educação, conforme estudo de Duenhas, Gonçalves e Junior (2014), quanto maior o investimento em segurança pública e educação, menor o nível de homicídios nos municípios brasileiros.

Lochner (2007) aborda quatro hipóteses sobre o crime em relação a educação:

i) a educação promove elevação dos níveis salariais no futuro, impactando negativamente o ímpeto à prática delituosa, elevando, portanto, o custo de oportunidade a estar relacionado; ii) a educação, enquanto mecanismo de perpetuação e consolidação do conjunto de valores e normas ético-morais correspondentes à determinado ambiente social, pode implicar negativamente sobre os ganhos monetários e/ou psíquicos da atividade criminosa; iii) a educação pode afetar o conjunto de preferências do(s) agente(s) com relação ao risco incorrido diante da prática da ação ilegal, assim, quanto mais elevado o nível de escolaridade, maior se espera que seja a aversão relativa ao risco e, para tanto, menor a propensão à ilicitude - sendo também verdadeira a lógica reversa; iv) a educação pode influenciar sobre o tipo de grupo de convívio interpessoal do(s) agente(s), de tal forma que se identifica, aqui, um duplo sentido de impacto, uma vez que, tanto um reduzido nível de escolaridade pode resultar na maior propensão ao convívio com grupos “perversos”, podendo criar alguma tendência à prática de crimes, bem como, o relacionamento com uma rede social que pratica atos ilegais pode pressionar o(s) agente(s), a esta conectado(s), a abandonar os estudos.

Schaefer e Shikida (2001) entendem que maiores níveis educacionais podem evitar ou reduzir a criminalidade, fator que contribui para isso é a falta de compreensão sobre fatores sociais dos presidiários em relação aos demais indivíduos da sociedade, ou seja, a ignorância e a desinformação contribuem para a prática de crimes, fator que seria alterado caso o índice de escolaridade no país fosse maior. O problema estrutural e conjuntural do Brasil faz com que determinadas pessoas sejam afetadas por condições precárias de socialização, tais como o

estudo e a renda, a partir do momento que falta estudo, aumenta a possibilidade do indivíduo se tornar um criminoso.

De acordo com Souza (2009), no Brasil há um reflexo da falta de educação em diversos problemas sociais, tais como a violência, o consumo e tráfico de drogas. O excesso de alcoolismo nas famílias também contribui para a falta da educação e as colocam num ciclo que se repete. Não existem políticas públicas suficientes que insiram os cidadãos no contexto educacional, o problema da segurança no Brasil gera problema na educação do país e vice-versa.

A inexistência de condições básicas de um indivíduo na sociedade pode o motivar a cometer crimes, dentro dessa inexistência encontra-se a falta de escolaridade, problema o qual é encontrado na maioria dos cárceres do Brasil. Onde geralmente os presos possuem um baixo grau de instrução escolar, o que muitas vezes pode ser um motivador para a prática de delitos ou pelo menos a educação poderia servir de impeditivo para que o criminoso pratique atividades ilegais (BOLDORI, 2016).

A renda também pode ter efeitos sobre o nível educacional e conseqüentemente na redução da criminalidade, programas de transferência de renda, como bolsas, podem servir de incentivo ao jovem possuir mínima condição de estudo e por seguinte de trabalho, logo por tendência, este jovem se afastaria de delitos violentos em busca de propriedade privada alheia. Também pelo entendimento de inserção social que o agente viria a sentir, o afastando da marginalidade, o inserindo dentro de um contexto civilizado (ROSA, 2018).

2.3 Criminalidade e Desemprego

Na literatura da economia do crime encontramos principalmente Gary Becker (1968), onde o autor discrimina atividades legais e ilegais como situações excludentes. A partir deste ponto entende o desemprego como um dos determinantes da criminalidade, assim entende que a relação do desemprego com o crime é positiva, quanto maior o nível de desemprego, maior a criminalidade.

Um dos autores pioneiros da Teoria Econômica do Crime, Isaac Ehrlich (1973), já atribuía a questão do desemprego para formar criminosos, dado que não conseguem oportunidades na via legal do emprego, o indivíduo busca alternativas ilegais de obter renda, entre essas geralmente envolvem-se em delitos contra a propriedade privada. O desemprego na sociedade agrava esta situação.

A maior relação de causalidade entre crime e desemprego se encontra em crimes contra a propriedade, onde existam áreas com grandes desigualdades de renda ou áreas onde os indivíduos sejam igualmente pobres. O que pode os determinar é o custo de oportunidade para o crime, o desempregado geralmente tende a estar com uma condição de renda desfavorável, o que o motiva mais ainda a praticar o ato criminoso (FREEMAN, 1994).

Desemprego e crime são constantemente relacionados, geralmente o desemprego como um dos propulsores do crime, mesmo que não tenha um consenso sobre isso entre todos os pesquisadores. Mesmo sem o consenso, é notado que as recessões econômicas e os níveis de desemprego que ocorrem durante essas crises são geralmente acompanhados de altas taxas de criminalidade. A motivação além de financeira, pode ser uma motivação de ideais, valores morais que não correspondem a marginalização da sociedade, portanto, entendemos que geralmente os criminosos estão a margem, assim como desempregados, o que acaba gerando-os (BEATO, 2000).

A relação do crime com o emprego se mostra presente em países como o Brasil, onde há a condição de subemprego, trabalhos informais, poucas garantias trabalhistas e desemprego. Mesmo que não seja imediata, a inserção no crime pode ocorrer devido a fatores como estes. Após tentativas de inclusão social de forma legal, o recém desempregado que lidou com condições precárias de trabalho ainda necessita de renda para sua subsistência. Na última alternativa, onde se encontra o crime, pode-se ter como resultado ciclos que levam a marginalização de diversos desempregados que viram criminosos (KHAN, 2001).

De forma a complementar Becker, Machin e Meghir (2004) apontam que o crime está invariavelmente relacionado com o desemprego, ou seja, jovens que estejam desempregados estão mais propensos a cometer crimes. Além da desigualdade de renda, que também impacta diretamente na relação com o crime, geralmente quem comete delitos visando ganhos econômicos possui uma renda desigual negativamente em relação ao restante da sociedade. A observação dos ganhos com a criminalidade pode ser descrita de acordo com o retorno monetário líquido que o delito oferece. Ou seja, o ganho esperado após a execução do ato, o que determinará a ação criminosa, é exatamente o cálculo entre o risco com o lucro esperado. Se o lucro esperado for maior que o risco, a tendência é que se cometa o crime (KUME, 2004).

O desemprego torna maior a desocupação de atividades remuneradoras dentro da economia, o que acaba por consequência aumentando a pobreza, gastos governamentais maiores para abater a questão financeira de pobreza e de miséria das famílias e também com determinada relevância a criminalidade no país. Quanto mais indivíduos desocupados, maior

o número de delitos cometidos dentro dessa mesma sociedade, mesmo que para cometer um crime incorram riscos, tais como a prisão e a coerção social, ainda assim o crime é cometido, dado o seu custo de oportunidade ser maior quando se está desempregado (ARAÚJO & ANTIGO, 2015).

Quando o indivíduo está desempregado seu nível de renda tende a ser menor, logo o incentivo ao crime se torna mais possível dado sua renda baixa ou nula, o custo de oportunidade para cometer o crime vai ser próximo de zero, pois a prisão não é um fator tão desencorajador nessas condições, logo o incentivo para a criminalidade aumenta. Entretanto, na questão do desemprego também existe outro ponto de vista em sua análise, hipoteticamente numa sociedade em que haja alta taxa de desemprego, o número potencial de vítimas de crime de natureza financeira tende a reduzir, dado que a renda dos desempregados tenderá a ser menor. Portanto, o efeito renda se torna mais importante que o efeito desemprego como fator determinante de crimes (VIAPIANA, 2006).

Devido ao crime econômico contra propriedade estar associado a ganhos financeiros, pode ser muito associado ao desemprego, pois subentende-se que o desempregado está em maior necessidade para se manter e manter sua família, logo o crime visando bens materiais pode ser para subsistência. Uma das possíveis soluções são políticas públicas que incentivem o emprego e a renda (SANTIAGO; GUIMARÃES, 2019).

Em estudo realizado por Santos e Kassouf (2008) na Grande São Paulo, constata-se que a rotatividade dentro do mercado de trabalho possui uma relação inversa com a criminalidade, dado que a atuação dentro do setor legal de emprego inviabiliza os crimes a ser cometidos. Assim também podemos entender que quanto mais tempo o possível criminoso estiver desempregado, maior a chance de vir a praticar delitos.

A análise da variável desemprego agrega na compreensão dos fatores socioeconômicos que geram a criminalidade, sua lógica é baseada no exemplo de que quando as taxas de desemprego aumentam, logo diminuem as oportunidades de emprego no mercado legal, o que acaba diminuindo o custo de oportunidade para os indivíduos se perpetuar no mundo do crime, logo afirma que a relação da criminalidade com o desemprego se dá de forma positiva (ARAÚJO JR., 2002).

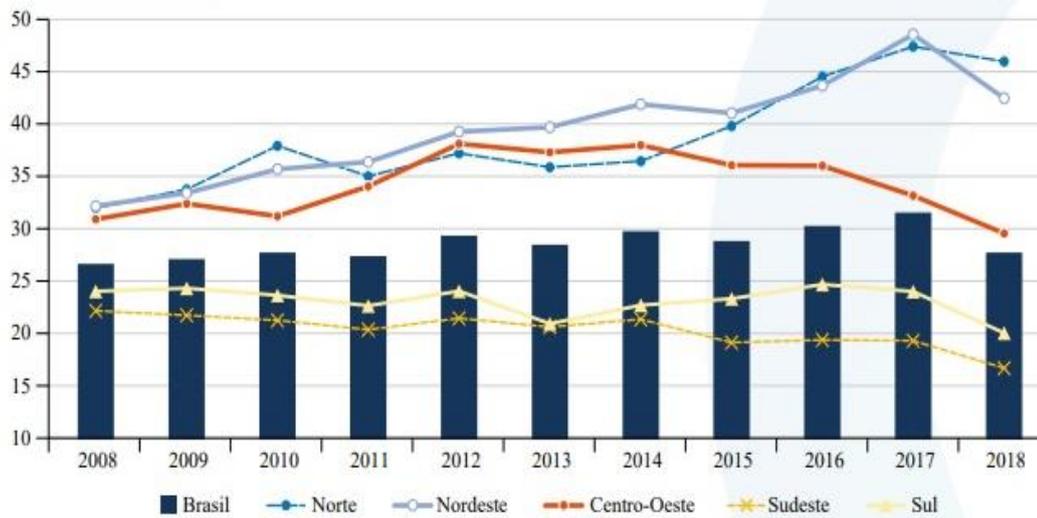
3 VISÃO GERAL SOBRE CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E DADOS SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL

Neste capítulo será contextualizada historicamente a situação do crime e da violência no Brasil, será exposto como ocorrem os fenômenos da criminalidade no país desde a segunda metade do século XX. Também serão abordados os indicadores socioeconômicos do Brasil em relação à criminalidade a partir do século XXI. O capítulo está dividido em duas seções: a seção 3.1 que irá apresentar o panorama sobre a criminalidade e violência e a 3.2 irá apresentar a criminalidade e os indicadores socioeconômicos do Brasil.

3.1 Um panorama sobre criminalidade e violência no Brasil

O Brasil historicamente enfrenta o problema da criminalidade e da violência ocasionada por ela. Trata-se de um fenômeno complexo, logo há dificuldade para a interpretação precisa de seus fatores e principalmente de sua solução. Entretanto, desde o século passado percebem-se possíveis motivos para a existência da alta criminalidade no Brasil e nestes encontramos fatores como pobreza, desordem social, posse de armas de fogo, qualidade da educação, ausência de políticas sociais e inclusive estruturação familiar. Nota-se que essas percepções, provindas desde os anos 1970, ainda não foram modificadas, de maneira que seguem afetando drasticamente a sociedade brasileira (GUIRARDI; MANOLESCU, 2009).

Figura 1 - Taxa de Homicídio Brasil e Grandes Regiões por 100 mil habitantes 2008-2018



Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP (2020).

Segundo a Figura 1, elaborado pelo IPEA (2020), percebemos que há a redução em 12% das taxas de homicídio no Brasil, entre 2017 a 2018. Esta alteração nos faz questionar sobre qual o motivo da redução dessas mortes violentas. A causa dessa redução pode ser o considerável aumento de mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) no ano de 2018, esse fator diz respeito diretamente a qualidade das informações, que são comprometidas quanto maior for o MVCI. Esse aumento foi de 25,6% em relação ao ano anterior, 2017. Atingindo o número de 12.310 mil mortes sem causa especificada pelo estado.

A análise da criminalidade também é feita em relação aos municípios e estados brasileiros, que carecem de programas federais perante a necessidade do combate ao crime no Brasil. Há a crença de que a violência esteja relacionada com a pobreza, a concentração de renda, a falta de planejamento, a corrupção na segurança pública e entre outros motivos para que a violência esteja estabelecida no país. A insegurança instaurada pode ser reflexo da falta de programas federais e estaduais que incluam os municípios, o que dificulta na articulação entre a União, os Estados e os Municípios para diagnosticar os problemas por completo e encontrar uma maneira de prevenir e reprimir a criminalidade (CNM, 2009).

Os índices de violência nos estados brasileiros causados pelo impacto da criminalidade trazem empecilhos não somente na saúde pública, mas também na dinâmica demográfica, o que dificulta na ascensão econômica e social do país principalmente dos jovens. A motivação se dá pelo número de morte de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil, principalmente do sexo masculino, onde em 2015 essa parcela da população registrou quase 50% do total de óbitos causados por violência (IPEA; FBSP, 2017).

O Atlas da violência atual, lançado em 2020, demonstra uma conjuntura diferente em relação aos últimos anos, os mais de 57 mil homicídios cometidos correspondem a menor taxa de mortes por violência no Brasil nos últimos 4 anos. Esta taxa é igual a 27,8 mortes por cada 100 mil habitantes, entre os principais aspectos encontrados para a redução da criminalidade no país em relação a homicídios estão: a mudança no regime geográfico, onde reduziu a proporção de jovens na população, o estatuto do desarmamento que influenciaram também na redução de assassinatos e por último entre os principais, as políticas estaduais de segurança que influenciaram no aumento da efetividade na prevenção dos crimes (IPEA, 2020).

O que pode explicar esta tendência de assassinato de jovens nessa faixa etária é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), que relaciona as mortes com o nível de escolaridade, no sentido da frequência escolar, uma vez que jovens que não frequentam a escola tendem a entrar para o mundo do crime. Além do fator escolaridade, somam-se a ele mais três fatores que implicam na violência juvenil: a vulnerabilidade no mercado de trabalho, sendo que

jovens desempregados possuem mais aptidão para o crime e também para a precariedade destes empregos, sejam mal remunerados, sem carteira assinada ou ambos; a posição na família também é importante para a mensuração da violência, no sentido em que se o jovem é o responsável por manter os demais membros da família, a propensão para a criminalidade aumenta devido à necessidade de renda; e o último fator mensurado é o consumo de drogas destes jovens, medido mensalmente e anualmente, quanto maior seu consumo de crack, cocaína, maconha, anfetamina, solventes, ansiolíticos e entre outras drogas, maior a chance de entrar para o mundo do crime (FBSP, 2014).

Conforme Cerqueira (2013), havia uma dificuldade nas entidades federativas para relatar as mortes violentas, o que traz desconfiância para com os dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM). Segundo a 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças, que o Brasil adotou desde 1996, as mortes são classificadas como violentas desde que seja um acidente, suicídio ou homicídio. Inclui-se também as mortes não identificadas, quando o sistema de saúde pública não identifica a causa da morte. Com essas condições, foram identificadas entre 2007 e 2009 que em média 73,9% dos homicídios eram medidos erroneamente, devido a falhas no compartilhamento de informações entre os componentes do SIM. Em 2009 foram declaradas 13.523 mortes por causa indeterminada, após a percepção dos problemas da identificação de mortes, o Ministério da Saúde passou a tratar de maneira mais intensiva a análise dos incidentes, o que reduz substancialmente o número de mortes não identificadas para 9.703 em 2010.

Segundo estudo realizado sobre o desarmamento por Conti (2017) existe relação entre a mortalidade com o desarmamento no país. O estudo de Conti (2017) aborda o surgimento da lei 10.826/2003 conhecida popularmente como a lei do desarmamento no Brasil, relacionada ao uso, compra, venda e transferência de arma de fogo no Brasil. A lei entrou em vigor no ano de 2006 com o objetivo de reduzir as mortes por armas de fogo no país por meio da regulação da compra e da venda, de maneira a elevar o rigor de punições aos infratores do código penal brasileiro (PRANDO, 2007). De acordo com o estudo de Conti (2017), o desarmamento foi responsável por não aumentar os crimes violentos entre os anos de 2004 e 2007 no Brasil, onde teria aumentos de 11% acima da taxa verificada à época se não fosse pelo estatuto do desarmamento.

Outro fator responsável pelas taxas de criminalidade no Brasil é o crime organizado. Tanto que em 2018 a Agenda Segurança Pública é Solução, publicada pelo FBSP, para demonstrar o cenário do crime brasileiro estabeleceu as principais causas para a insegurança e violência no país. A agenda tem como objetivo a redução e prevenção dos crimes violentos e

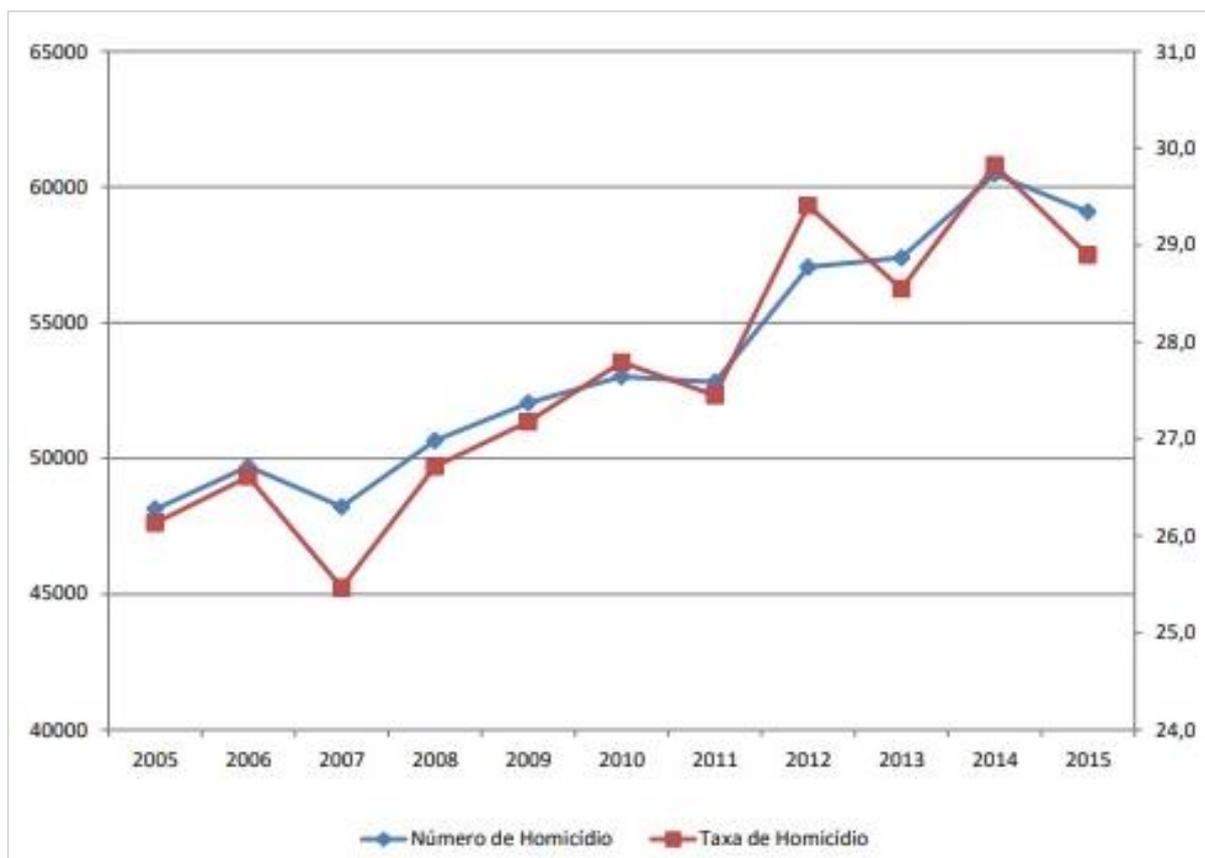
o enfraquecimento das estruturas do crime organizado. O crime organizado é entendido como as organizações que cometem delitos em conjunto e é uma das principais preocupações do Brasil, considerado um fenômeno em constante crescimento e isto se dá por quatro razões: em primeiro a capacidade sofisticada na prática de crimes no sentido de planejamento; em segundo a estrutura organizacional composta por núcleos, líderes e o privilégio da organização ter continuidade no mundo do crime; em terceiro a união entre os membros como fortaleza e fidelidade à organização; e por último o poder de imposição de regras pela intimidação sem precisar recorrer à violência. A agenda aponta a estas razões o fortalecimento do crime organizado e conseqüentemente um dos maiores geradores da violência no Brasil (FBSP; INSTITUTO IGARAPÉ; INSTITUIÇÃO SOU DA PAZ, 2018).

3.2 Criminalidade e Indicadores Socioeconômicos no Brasil

A criminalidade no Brasil é um tema recorrente de estudos realizados periodicamente para mensurar o problema. Sua mensuração passa pela coleta de dados compilados sobre violência, principalmente sobre os homicídios e seus possíveis causadores. Um dos instrumentos utilizados para essa mensuração é o Atlas da Violência realizado pelo IPEA, usando principalmente as fontes geradas pelo SIM, do Ministério da Saúde. O Atlas de 2017 foi resultado da pesquisa do IPEA em conjunto com o FBSP, referentes ao intervalo de 2005 a 2015 (THÉRY, 2018).

Em 2005, por exemplo, houve 48.136 mortes por homicídio no Brasil, em comparação com o ano de 2015 aumentou em mais de 10 mil o número de assassinatos por ano, a variação foi de 22,7% (Figura 2). A taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes em 2005 era de 26,1, ao passo que em 2015 essa taxa passa a ser de 28,9, ocorrendo um aumento de 10,6%. Conforme o Atlas da Violência (2017), a naturalidade com qual é tratada a insegurança no país, todas as autoridades responsáveis estão falhando progressivamente e esta falta de compromisso com a segurança pública atinge a níveis federais, estaduais e municipais com a confusa agenda da segurança pública, que não consegue estabelecer convicções para a solução do problema.

Figura 2 – Número e Taxa de Homicídios no Brasil 2005-2015

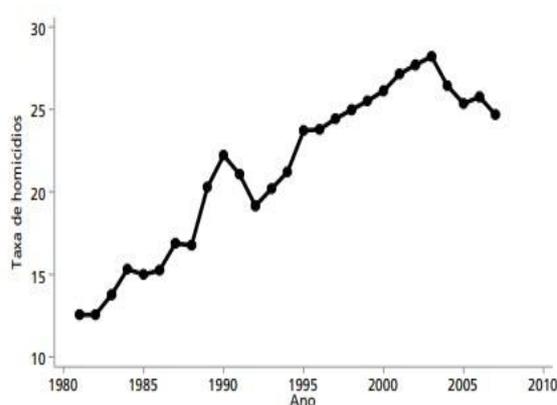


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica e Sim/Dasis/SVS/MS. O número de homicídios foi obtido pela somadas seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal
Elaboração/Diest/Ipea.

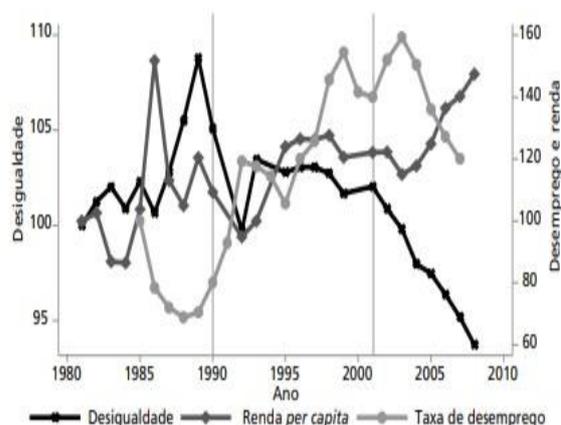
Ao observar a relação entre a renda, a desigualdade e a taxa de desemprego com o número de homicídios (Figura 3) podemos analisar se há influência entre os fatores. A renda e a desigualdade de renda estão inseridas entre os principais causadores socioeconômicos dos crimes violentos, enquanto o desemprego se encaixa mais na questão de crimes contra a propriedade.

Percebemos que no final da década de 1980 (Figura 3) a renda *per capita* sofre com reduções no âmbito nacional, coincidindo com uma inclinação alta da criminalidade no mesmo período, a convergência entre as taxas pode demonstrar a relação negativa que a renda possui com o crime, o indivíduo com menor renda terá menor custo de oportunidade para cometer crimes, logo a influência deste fator é determinante para o nível de criminalidade (VIAPIANA, 2006).

Figura 3– Indicadores Socioeconômicos e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes no Brasil 1981-2007



Fonte: SIM/MS (2014).



Fonte: IPEADATA (2014).

Em relação à desigualdade, observamos no sentido da concentração de renda em comparação ao nível de delitos violentos, próximo a década de 1990 (Figura 3) o índice de desigualdade aumentou consideravelmente, em conjunto a esse aumento coincide com o maior aumento no nível da taxa de homicídios no período. Essa influência da desigualdade com a variável taxa de homicídios pode ser explicada na relação positiva que a desigualdade tem com as taxas de homicídio, quanto maior a desigualdade entre o criminoso e a vítima, maior a tendência de ocorrência de crimes (EHRlich, 1973).

No período entre os anos 1981 e 1990 (Figura 3), Cerqueira (2014) analisa os fatores explicativos para as taxas de homicídio dentro desse intervalo. O grau de confiabilidade entre os fatores socioeconômicos tende a ser alto pela quantidade de estudos e convergências que os dados socioeconômicos oferecem em comparação a criminalidade. A renda apresentou elasticidade de $-0,413$ em comparação com as taxas de homicídio, ou seja, menor renda influencia para uma taxa maior de homicídios. E a desigualdade apresentou elasticidade de $2,317$ no mesmo período, afirmando a relação positiva da desigualdade com os crimes violentos.

Nesse mesmo estudo, os fatores explicativos se tornam mais evidentes quando colocamos a influência da renda e da desigualdade nas taxas de homicídios em pontos percentuais. O aumento da renda influencia negativamente em pontos percentuais de $-3,8$ as taxas de homicídio, enquanto a diminuição da renda por óbvio oferece um efeito contrário. A desigualdade empenha grande influência no sentido dos homicídios, alcançando $35,3$ pontos

percentuais de impacto. Logo, podemos perceber a influência dos fatores socioeconômicos para a formação do criminoso (LOUREIRO; CARVALHO JR., 2007).

O Brasil é um país que sofre constantemente com altos índices de criminalidade dentro de seu território, assim como toda a América Latina. Entretanto, conforme o Atlas da Violência 2020, fornecido pelo IPEA (2020), percebe-se redução do nível de criminalidade nos últimos anos, conforme a Figura 1.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 foi possível ver evoluções no sentido de aumentos no nível de escolaridade com o passar dos anos, o fator escolaridade possui relação com a ocorrência de crimes. Nesses últimos 30 anos de existência do ECA, o Brasil apresentou bons resultados em praticamente todos os aspectos relacionados a escolaridade. Entre 1990 e 2018 o percentual de crianças com idade escolar obrigatória fora da escola caiu de 78,6% para 19,6%, passando logo depois para 4,2%, esses são outros fatores que podem vir a contribuir com a redução dos índices de criminalidade nos períodos mais recentes (IPEA, 2020). Dado que teoricamente é relacionada a maior demanda por escolaridade com menor demanda por criminalidade, ou seja, a relação do nível de escolaridade com a criminalidade se dá de forma negativa (ARAUJO; FAJZNYLBER, 2001).

Quadro 2 – Quantidade de presos por grau de instrução escolar em 2012

Categoria: Perfil do Preso	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Quantidade de Presos por Grau de Instrução	482,073	31,64	513,713
Item: Analfabeto	26,62	1,193	27,813
Item: Alfabetizado	62,323	1,779	64,102
Item: Ensino Fundamental Incompleto	219,241	12,188	231,429
Item: Ensino Fundamental Completo	58,541	3,634	62,175
Item: Ensino Médio Incompleto	53,45	3,32	56,77
Item: Ensino Médio Completo	35,76	3,028	38,788
Item: Ensino Superior Incompleto	3,632	451	4,083
Item: Ensino Superior Completo	1,8	250	2,05
Item: Ensino acima de Superior Completo	120	9	129
Item: Não Informado	22,92	900	23,82
Valor automático de correção de itens inconsistentes - Diferença com relação à população carcerária do Estado	-2,334	4,888	2,554

Fonte: Ministério público (2012)

De maneira a demonstrar um exemplo do grau de escolaridade da população carcerária observamos o ano de 2012, onde é evidente a precariedade do nível escolar dos presidiários brasileiros, onde a maior parcela sequer completou o ensino fundamental, o índice de analfabetos como podemos analisar, é maior que o índice de carcerários que possuem o ensino superior completo (BOLDORI, 2016).

Se formos pensar na questão de reincidência no crime, também possui importância o nível da escolaridade daqueles indivíduos que voltam a cometer crimes após saírem do encarceramento. Conforme estudo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, 25,8% dos presidiários que frequentaram a escola até a oitava série reincidiram na criminalidade, enquanto criminosos que alcançam ao ensino médio a taxa de reincidência reduz pela metade, apenas 12,5% dos presidiários com este nível voltam para a criminalidade (TORELLY; SILVA E MADEIRA, 2006).

Num estudo feito entre 2001 e 2005 por Seillier (2010) sobre a criminalidade nos estados brasileiros, foram analisadas diversas variáveis explicativas para o crime, entre elas há a presença da variável desemprego. A taxa de desemprego por esta abordagem é realizada pelo cálculo do número de desempregados registrado em cada estado do Brasil e sua população economicamente ativa com base nas informações do PNAD/IBGE. A pesquisa realizada entre as 27 Uniões Federativas (UFs) do Brasil e encontrou a taxa média de desemprego no Brasil em 8,78%.

A menor taxa de desemprego encontrada no período foi no estado do Piauí com 3,91% no ano de 2004, enquanto a maior foi registrada no Amapá com 20,36% no ano de 2002. No Piauí registrou 06 mortes violentas no período de análise, enquanto o Amapá registrou 35 mortes. Essa relação pode apontar a hipótese teórica abordada por diversos autores, onde apontam a relação positiva do crime com o desemprego, quanto maior o desemprego, maior a criminalidade (KHAN, 2001).

4 CRIMINALIDADE E DADOS SOCIOECONÔMICOS DO BRASIL

No capítulo 4 serão abordadas as variáveis socioeconômicas analisadas neste trabalho, onde serão expostos os resultados recentes das pesquisas sobre renda, escolaridade e desemprego em relação à criminalidade. O capítulo será dividido entre as seções 4.1, 4.2 e 4.3. A seção 4.1 é sobre criminalidade e renda no Brasil, a seção 4.2 é sobre criminalidade e escolaridade no Brasil e a seção 4.3 é sobre criminalidade e desemprego no Brasil. Nas seções deste capítulo será realizada uma síntese dos principais resultados encontrados nas pesquisas sobre o tema tratado.

4.1 Criminalidade e Renda no Brasil

O problema da renda em relação à criminalidade geralmente está atrelado as desigualdades sociais ocasionadas pela distribuição de renda no Brasil. Esta condição é explicada na contextualização com uma abordagem histórica sobre a desigualdade e o encarceramento na história brasileira. Sob esta perspectiva, Cavalcanti (2019) realiza uma pesquisa utilizando do materialismo histórico dialético e a partir desta podemos compreender a relação do crime com a renda no Brasil.

Dentro do materialismo histórico dialético proposto por Cavalcanti (2019) onde diz que a desigualdade estrutural é responsável pela população carcerária do país, onde indivíduos com menor renda passam a compor maior número de detenções. De acordo com o estudo, essas desigualdades são promovidas pelo capitalismo neoliberal, o qual é responsável pela concentração de renda e marginalização dos mais pobres.

Tabela 1 – Taxa de Homicídios e PIB *per capita* das Macrorregiões brasileiras em 2012

Macrorregião	Taxa de Homicídios	PIB <i>per Capita</i>
Norte	24,52	89,95
Nordeste	26,85	46,64
Centro-Oeste	27,10	50,05
Sudeste	21,74	53,24
Sul	22,90	70,26

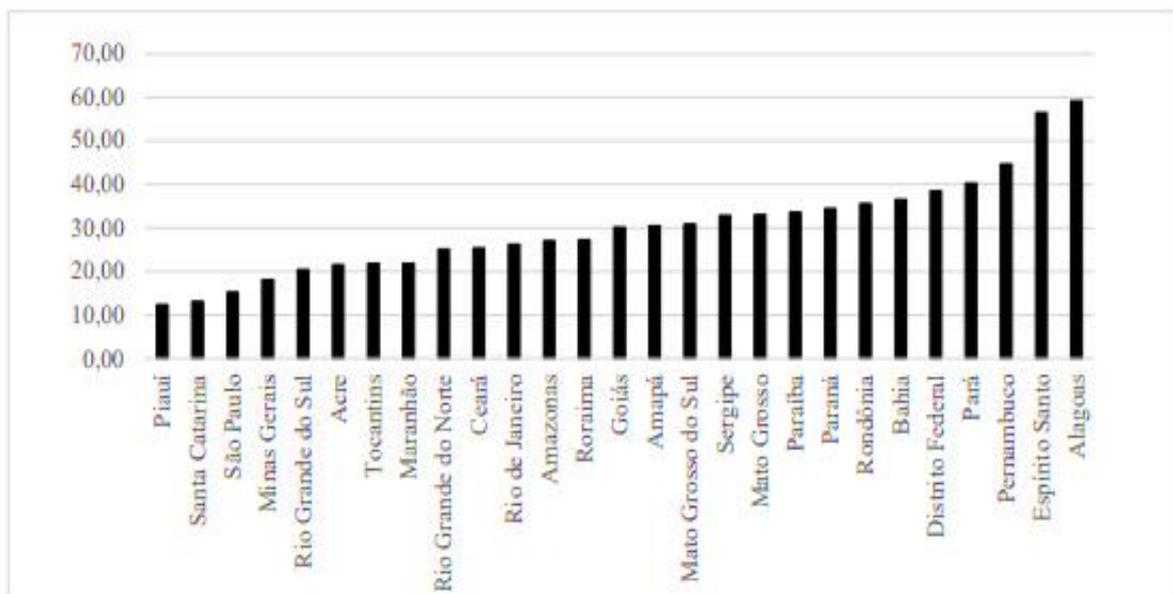
Fonte: Elaboração Própria baseado no IBGE e DATASUS

Uma das formas de mensurar a renda das famílias é pela mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, dentro deste entendimento, busca-se entender que a renda, ou a falta dela, pode ser um fator influente para a criminalidade. Tratamos da hipótese de que o PIB *per capita* oferece efeito negativo para o crime. Dentro da literatura brasileira, um dos trabalhos mais recentes e com embasamento científico é de Pereira (2017), este relaciona o

PIB *per capita* com a criminalidade em 5566 municípios brasileiros no ano de 2012, onde fez uso dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Esta pesquisa utilizou do método da estatística descritiva, encontrou a taxa média de 24 homicídios por município e o PIB *per capita* na média de R\$56,00.

Para melhor compreensão dos dados também foi usado o modelo econométrico dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com 99% de confiança dos dados, a correlação encontrada entre a taxa de homicídios e o PIB *per capita* foi encontrada a influência negativa do PIB sobre a taxa de homicídios, quanto maior o PIB *per Capita* dos municípios, menor a taxa de homicídios. Chegando ao resultado que a cada 1% de aumento no PIB, se reduz 0,86% de criminalidade (PEREIRA, 2017).

Figura 4 – Taxa de Homicídios das Unidades Federativas do Brasil entre os anos de 2001 e 2009



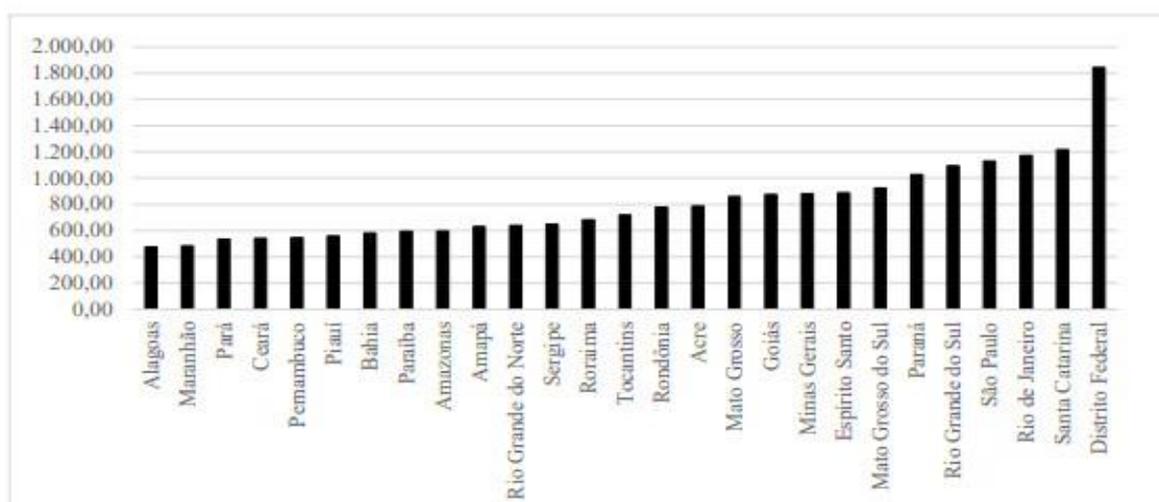
Fonte: Os dados originais são provenientes do SIM-DATASUS (Zanetti, 2019).

Zanetti (2019) pesquisou sobre a relação da criminalidade com a renda, dessa forma utilizou a taxa de homicídios como a variável representando o crime e para representar a renda utilizou a renda domiciliar *per capita*. Os dados são do ano de 2009, ainda que não sejam tão recentes pela metodologia utilizada, é considerado relevante para a literatura brasileira relacionada ao crime. Na Figura 4 acima é demonstrado em gráfico a taxa de homicídios no Brasil no ano de 2009 com dados recolhidos pelo SIM/DATASUS, onde é exposta a comparação entre todos os estados brasileiros no que diz respeito aos homicídios

ocorridos no país. E também foi disposta a Figura 5 representando a renda domiciliar *per capita* das famílias brasileiras no ano de 2009, onde foi utilizado os dados disponibilizados pelo PNAD/IBGE.

A metodologia utilizada por Zanetti (2019) é o da estatística da análise exploratória espacial dos dados, que é usado visando encontrar autocorrelação espacial em termos econométricos. O mais notável dentro dos gráficos é que a união federativa com maior taxa de homicídios é a mesma com a menor renda *per capita* domiciliar, que é Alagoas. Após a apresentação dos dados foi encontrada a relação negativa entre a renda *per capita* e a criminalidade, reforçando que maiores níveis de renda tendem a diminuir o crime nas regiões em que estão inseridas.

Figura 5 – Renda domiciliar *per capita* das Unidades Federativas do Brasil entre os anos de 2001 e 2009



Fonte: Renda média mensal da população. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) (Zanetti, 2019)

Os programas de transferência de renda também podem oferecer impacto na criminalidade com o propósito de reduzi-la. Partindo desta intenção Thomé e Vonbun (2017) relacionaram o impacto dos gastos públicos do Programa Bolsa Família sobre a criminalidade. Utilizou os dados dos 27 estados brasileiros entre os anos de 2005 e 2014, sendo a taxa de homicídios a variável que representa a criminalidade.

Nesta pesquisa foram utilizados 3 métodos para verificar a comprovação da tese: análise de corte transversal, análise de séries temporais e análise de dados individuais, ligados a análise estatística econométrica. Os dados referentes ao número de homicídios foram

recolhidos do SIM/DATASUS, enquanto os gastos públicos com o Bolsa Família foram retirados do Portal da Transparência fornecido pelo Governo Federal.

Os resultados estatísticos encontrados corresponderam à hipótese da pesquisa, havendo relação negativa entre os gastos com o Programa Bolsa Família com a Criminalidade. O efeito transforma o Programa é responsável pela redução do crime. Quanto mais famílias abastecidas pela transferência de renda, menor o número de homicídios no mesmo período. O Bolsa Família também é responsável por reduzir o crime devido ao fato de ser fator influente em outros indicadores socioeconômicos, tais como o emprego, a renda e a escolaridade, influenciando todos positivamente (THOMÉ; VONBUN, 2017).

Quadro 3 – Relação entre Renda e Criminalidade no Brasil

Autor	Metodologia	Resultados
Cavalcanti (2019)	Materialismo histórico dialético	Relação negativa entre renda e criminalidade
Pereira (2017)	Estatística descritiva e mínimos quadrados ordinários – Econometria	
Zanetti (2019)	Análise exploratória espacial – autocorrelação econométrica	
Thomé e Vonbun (2017)	Análise de corte transversal, análise de séries temporais e análise de dados individuais – econometria	

Fonte: Elaboração Própria

Dentro das pesquisas observadas na relação da criminalidade com a renda no Brasil, com diferentes métodos de pesquisa e diferentes recortes temporais, foram encontrados resultados semelhantes na comparação das variáveis. Para a mensuração da criminalidade foi utilizada a taxa de homicídios de forma geral e para a mensuração da renda foi utilizada a variável PIB *per capita*. No Quadro 3 todos os autores expõem que existe relação negativa entre a criminalidade e a renda, quanto menor a renda, maior será a criminalidade dentro do país.

4.2 Criminalidade e Escolaridade no Brasil

A relação da escolaridade com a criminalidade foi identificada por Cerqueira *et al* (2016), baseado no argumento de que a vida criminosa geralmente inicia entre 12 e 13 anos. Essa faixa etária está totalmente relacionada a escolaridade, pois as crianças e os adolescentes que estão frequentando a escola com esta idade tendem a estar longe do mundo do crime. A pesquisa do autor implica que o comportamento inicial na pré-adolescência tende a se

confirmar e se manter constante ao longo do tempo, o que torna o jovem sem estudo um criminoso sua vida inteira.

Segundo estudo realizado com dados obtidos a partir das Estatísticas Vitais do DATASUS, entre 2000 e 2018, nos 27 estados brasileiros, o nível de escolaridade pode influenciar negativamente na taxa de homicídios. De acordo com a pesquisa, o país tem o poder de reduzir os índices de criminalidade se investir em educação. A dinâmica da relação entre os homicídios com a escolaridade foi dividida de acordo com o grau de instrução de estudo dos indivíduos. Foi analisado o índice de homicídios para o período entre 1 e 3 anos de escolaridade; 4 a 7 anos de escolaridade; 8 a 11 anos de escolaridade; e 12 ou mais anos de escolaridade. A metodologia utilizada foi da autocorrelação estatística.

Observando os resultados da pesquisa realizada em cada macrorregião brasileira, podemos observar que a variação de homicídios diminui quanto maior o grau de instrução dos indivíduos. Os valores totais tendem a reduzir com o aumento do nível da escolaridade. Mesmo que consideramos que proporcionalmente o índice populacional com maior escolaridade seja com uma amostragem menor, ainda assim a educação comprova diminuir a violência no país segundo esta pesquisa.

Quadro 4 – Nível de Escolaridade e variação da Taxa de Homicídios entre os anos 2000-2018 nas Macrorregiões brasileiras

Nível escolar	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
1-3 anos	RO - Δ 200-300 AC - Δ 100-150 AM - Δ 250-500 RR - Δ 50-100 PA - Δ 500-1800 AP - Δ 100-150 TO - Δ 200-300	MA - Δ 400-1000 PI - Δ 300 - 700 CE - Δ 700 - 2500 RN - Δ 300 - 600 PB - Δ 200 - 300 PE - Δ 700 - 2300 AL - Δ 50 - 300 SE - Δ 50 - 500 BA - Δ 1400 - 3000	MS - Δ 150 - 300 MT - Δ 400 - 500 GO - Δ 300 - 1200 DF - Δ 200 - 300	MG - Δ 1500 - 1900 ES - Δ 200 - 350 RJ - Δ 2000 - 3000 SP - Δ 2500 - 5000	PR - Δ 1000 - 2300 SC - Δ 400 - 650 RS - Δ 800 - 1000
4-7 anos	RO - Δ 200 - 400 AC - Δ 50 - 250 AM - Δ 400 - 1200 RR - Δ 50 - 250 PA - Δ 500 - 2500 AP - Δ 100 - 250 TO - Δ 250 - 400	MA - Δ 400 - 1600 PI - Δ 250 - 500 CE - Δ 400 - 3500 RN - Δ 250 - 400 PB - Δ 200 - 250 PE - Δ 500 - 2800 AL - Δ 50 - 500 SE - Δ 50 - 900 BA - Δ 1250 - 4500	MS - Δ 250 - 500 MT - Δ 600 - 1000 GO - Δ 450 - 2000 DF - Δ 250 - 500	MG - Δ 1900 - 3100 ES - Δ 200 - 900 RJ - Δ 3900 - 5500 SP - Δ 5000 - 8500	PR - Δ 1600 - 3800 SC - Δ 600 - 1400 RS - Δ 1000 - 2000
8-11 anos	RO - Δ 100 - 300 AC - Δ 20 - 150 AM - Δ 180 - 850 RR - Δ 50 - 210	MA - Δ 150 - 1250 PI - Δ 100 - 450 CE - Δ 500 - 2300 RN - Δ 50 - 100	MS - Δ 150 - 400 MT - Δ 210 - 900 GO - Δ 190 - 1420 DF - Δ 200 - 450	MG - Δ 800 - 2900 ES - Δ 100 - 400 RJ - Δ 2000 - 3200 SP - 3100 - 5900	PR - Δ 500 - 3000 SC - Δ 250 - 1400 RS - Δ 400 - 1600

Nível escolar	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
	PA – Δ 180 – 1600 AP – Δ 80 – 190 TO – Δ 80 – 220	PB – Δ 20 – 80 PE – Δ 200 – 1400 AL – Δ 20 – 70 SE – Δ 50 – 500, BA – Δ 500 – 2300			
12 anos ou +	RO – Δ 10 – 60 AC – Δ 10 – 30 AM – Δ 20 – 120 RR – Δ 20 – 40 PA – Δ 50 – 230 AP – Δ 30 – 50 TO – Δ 30 – 60	MA – Δ 80 – 200 PI – Δ 30 – 110 CE – Δ 120 – 350 RN – Δ 30 – 50 PB – Δ 20 – 50 PE – Δ 100 – 510 AL – Δ 10 – 20 SE – Δ 10 – 80 BA – Δ 110 – 350	MS – Δ 40 – 100 MT – Δ 70 – 210 GO – Δ 60 – 310 DF – Δ 110 – 250	MG – Δ 220 – 600 ES – Δ 50 – 80 RJ – Δ 800 – 1100 SP – Δ 980 – 1600	PR – Δ 350 – 700 SC – Δ 90 – 350 RS – Δ 200 – 300

Δ - Variação aproximada dos homicídios nos estados brasileiros entre os anos de 2000 e 2018.

Fonte: Elaboração própria com base nas Estatísticas Vitais do DATASUS entre 2000 e 2018

Os resultados encontrados no Quadro 4 acima demonstram a influência de maiores níveis de escolaridade para a diminuição da taxa de homicídios no país. Torna-se evidente quando comparamos a variação do Pará, dentro da Macrorregião Norte, onde possuía variação de 500-1800 homicídios no período de 1 a 3 anos de estudo e de 500-2500 de 4 a 7 anos de estudo. Enquanto comparamos o nível de 12 anos ou mais, que varia entre 50 e 230 homicídios. Outro exemplo é o estado de São Paulo, localizado na Macrorregião Sudeste, que varia de 2500 a 5000 homicídios no período de 1 a 3 anos de estudo e de 5000 a 8500 homicídios no período de 4 a 7 anos de estudo. Enquanto na comparação de 12 anos ou mais de nível de estudo a taxa reduz para a variação de 980 a 1600 homicídios cometidos.

A redução começa a ser percebida a partir do nível de ensino fundamental completo ao menos, o tempo passado dentro do ambiente escolar demonstra que pode reduzir a criminalidade dentro do país. Mesmo sem abordar a linha do tempo (entre 2000 e 2018), notamos a importância do estudo dentro do Brasil para com o nível de homicídios (FERREIRA *et al*, 2020).

O nível de escolaridade dos presidiários serve para termos uma ideia da influência da educação no crime. Castiglioni e Araújo Filho (2017) abordam dentro desta Figura 6 o nível de escolaridade dos presidiários no Brasil no ano de 2015.

Figura 6 – Nível de Escolaridade dos presidiários no Brasil em 2015



Fonte: Castiglioni, Araújo Filho, 2017. Adaptado do Ministério da Justiça (2015).

Constatamos que apenas 9% possuem ensino médio completo ou superior a este nível. O restante sequer completou o ensino médio. Mais da metade, 53%, não completou o ensino fundamental, do total ainda há 6% de analfabetos, mais 9% de pessoas que sequer frequentaram a escola regularmente, o que mostra a influência do estudo dentro do sistema prisional. Portanto o aumento na escolaridade se mostra uma via para se manter longe da detenção. De acordo com a amostragem coletada entre os carcerários brasileiros, a relação com da educação com a criminalidade tende a ser negativa.

Utilizando-se de variáveis econométricas dinâmicas (GMM-SYS) Becker e Kassouf (2017) buscaram formas de como reduzir os índices de criminalidade. Um dos métodos utilizados foi por meio do aumento do nível de escolaridade. Dessa forma, a busca da redução seria por meio de aumento nos gastos públicos com educação por parte do governo. A base de dados utilizada na pesquisa foi a taxa de homicídios no Brasil entre o ano de 2001 e 2009.

Dentre os resultados da pesquisa foi encontrada a relação negativa dos gastos com educação em relação a criminalidade, logo quanto mais se investir em educação, menor tende a ser o índice de crimes no Brasil. A relação negativa demonstra uma elasticidade de 1%, significando que se aumentasse 10% dos gastos em educação, no próximo período a criminalidade tenderia a reduzir 1%. Baseado na compreensão de que o indivíduo que possua estudo tenha mais chance no mercado de trabalho, possivelmente este não viria a cometer delitos.

Thomé e Vonbun (2017) estudaram a escolaridade média entre a população de 18 e 29 anos para relacionar ao crime, os dados foram captados do Anuário Brasileiro de Educação e Plano Nacional de Educação (PNE) e os dados sobre a criminalidade foram captados pelo SIM/DATASUS. A criminalidade foi analisada a partir da taxa de homicídios por 100 mil habitantes no mesmo período aproximado que os dados sobre a escolaridade, pois por hipótese a análise entre educação e criminalidade tem de haver defasagem entre as informações sobre os dados. A amostra utilizada foi a população brasileira dividida entre as 27 unidades federativas do Brasil.

O período analisado para os homicídios foi entre 2005 e 2014, enquanto o período analisado para a educação foi entre 2004 e 2013. A pesquisa utilizou análise estatística e econométrica, especificamente usou a análise de corte transversal, a análise de séries temporais e análise de dados individuais para a comprovação dos resultados. A partir dos testes a pesquisa encontrou relação negativa entre o crime e a escolaridade, quanto maior o nível de escolaridade menor tende ser a criminalidade. Ainda dentro do mesmo estudo foi estimado que o gasto em segurança pública apoiando a escolaridade influencia a diminuição do crime.

Quadro 5 – Relação entre Escolaridade e Criminalidade no Brasil

Autor	Metodologia	Resultados
Ferreira <i>et al</i> (2020)	Autocorrelação estatística	Relação negativa entre escolaridade e criminalidade
Castiglioni e Araujo Filho (2017);	Análise estatística de dados secundários	
Becker e Kassouf (2017)	Variáveis econométricas dinâmicas (GMM-SYS)	
Thomé e Vonbun (2017)	Análise de corte transversal, análise de séries temporais e análise de dados individuais – econometria	

Fonte: Elaboração Própria

Nas pesquisas que foram observadas na relação da criminalidade com a escolaridade no Brasil, com diferentes métodos estatísticos de pesquisa e diferentes recortes temporais, foram encontrados resultados similares na comparação das variáveis. Para a mensuração da criminalidade foi utilizada a taxa de homicídios e os dados do encarcerados de forma geral, enquanto para a mensuração do nível de escolaridade foram analisados os anos de atividade escolar dos criminosos. No Quadro 5 todos os autores expõem que existe relação negativa entre a criminalidade e a escolaridade, quanto menor o nível de escolaridade, maior será a criminalidade dentro do país.

4.3 Criminalidade e Desemprego

O entendimento sobre a relação da taxa de desemprego com a criminalidade, teoricamente, é conexo ao custo de oportunidade do criminoso. Quanto mais baixo o custo de oportunidade para cometer um crime, maior a chance de ele ser cometido. Baseado nisso, se constrói a hipótese da relação do desemprego com o crime. O desempregado de forma natural terá mais motivos para migrar-se a atividades ilícitas (KELLY, 2000).

Dentro da pesquisa realizada entre variáveis socioeconômicas e criminalidade por Becker e Kassouf (2017) também foi analisada a variável desemprego em relação a taxa de homicídios, os dados obtidos foram dentro do período entre 2001 e 2009. A dinâmica desta pesquisa foi feita utilizando da econometria dinâmica (GMM-SYS), para entender a relação entre os dados e sua elasticidade. A elasticidade serve para comprovar se de fato a condição de desemprego pode afetar a criminalidade, tanto negativamente, quanto positivamente, ou se a mantém inerte.

No estudo de Castro (2019), o qual aborda no período entre 2001 e 2009, sobre a taxa de homicídios, foi encontrada relação com a taxa de desemprego. Relata-se na pesquisa que quanto maior o nível de desemprego, maior o número de homicídios no período seguinte. Ou seja, não é uma relação imediata, pois a decisão de cometer crimes não é exatamente no mesmo momento em que se encontra desempregado. Sob o ponto de vista da teoria, o que liga o desemprego ao crime é o custo de oportunidade, assim entendemos que o custo de oportunidade baixo torna mais viável para o desempregado cometer crimes, pois a tendência é que sua condição laboral não o permita ter renda suficiente para sua subsistência, o que seria uma motivação para o crime.

O método Diferenças em Diferenças Espacial com Pareamento (SDIDM), e Diferenças em Diferenças Espacial (SDID), relacionado à econometria, foi o utilizado na pesquisa de Castro (2019). Realizada sobre a base de dados dos municípios que adotaram o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), também utilizou a variável desemprego para a compreensão dos índices de segurança pública. Seu propósito é verificar se os municípios que adotam o programa possuem menores taxas de criminalidade, assim como a taxa dos municípios que abandonaram o programa.

O PRONASCI surgiu com o propósito de controle e repressão a criminalidade, com ações sociais voltadas a inclusão no sentido de oportunidades de educação, emprego, valorização da estrutura da segurança pública e do sistema penitenciário. Para mensurar as taxas de criminalidade foram utilizadas as taxas de homicídio dentro dos mesmos municípios.

O resultado encontrado do desemprego relacionado à criminalidade dentro do contexto do PRONASCI foi positivo, o que demonstra para maiores taxas de desemprego, maiores níveis de criminalidade, assim, o desemprego é um fator influente para que tenham maiores taxas de violência (CASTRO, 2019).

Em um ensaio sobre criminalidade realizado por Marcondes (2020), onde seu objetivo era verificar a correlação entre as variáveis socioeconômicas e a criminalidade dentro das 558 microrregiões brasileiras também foi encontrado resultados na relação do crime com o desemprego. A metodologia utilizada neste estudo foi da econometria espacial. O período de análise foi entre os anos de 2007 e 2017, onde neste foi concluído que há relação espacial entre o desemprego e a criminalidade. O fator aliado a criminalidade na pesquisa foi o número de homicídios nas microrregiões dentro deste período.

O resultado encontrado foi de que a taxa de desemprego impõe relação negativa com a taxa de homicídios, quanto maior a taxa de desemprego maior vai ser o índice de crimes dentro dessa sociedade. O estudo também relacionou os gastos públicos em relação a segurança do país, neste mesmo resultado demonstrou que investimentos voltados para a geração de empregos podem trazer uma redução no índice de criminalidade.

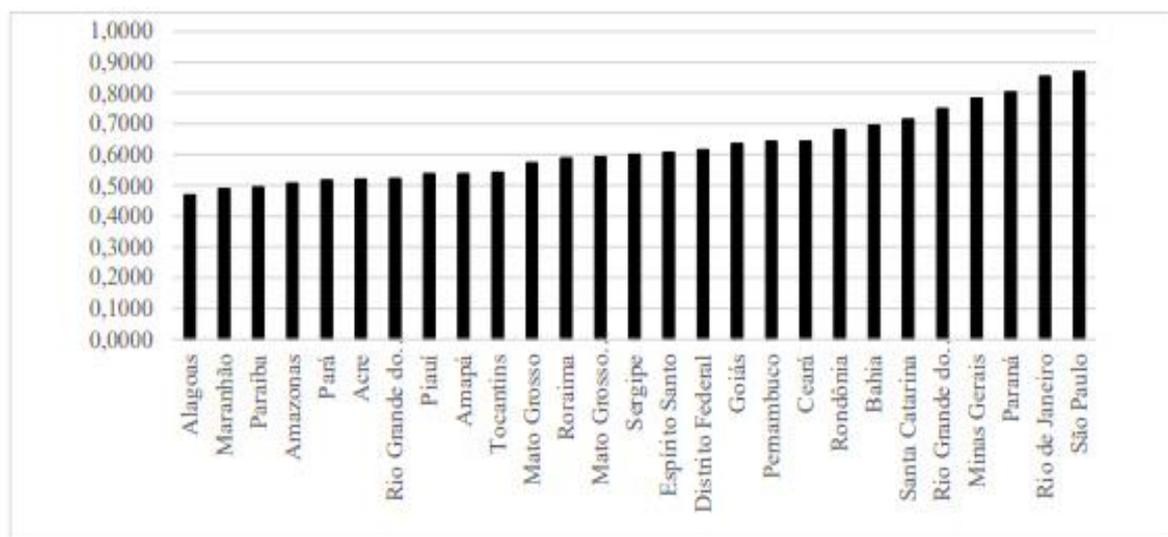
Para alcançar maior dimensão, o trabalho além das taxas de desemprego, incluiu no mesmo período de pesquisa os índices de vínculo empregatício. Para medir as taxas relacionadas ao emprego foi utilizado o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Emprego e Renda (IFDM). Os resultados encontrados na IFDM dentro do período de 2006 a 2016 foram com defasagem de 1 ano e relação positiva do emprego para com o crime, ou seja, quanto menos pessoas empregadas, maior o nível de criminalidade. Ocorre essa defasagem porque a decisão pela prática ilícita não é instantaneamente tomada após o indivíduo perder o emprego.

Entretanto na extensão da pesquisa ao inserir os vínculos empregatícios em relação a taxa de homicídios demonstra-se ambiguidade dentro do ensaio econométrico, essa divergência também tem consistência teórica, apoiada no fato de que maiores níveis de emprego, são acompanhados de maiores níveis de renda, logo possuem maiores alvos para os criminosos, o que acaba sendo um motivador do crime, ainda assim não é tão comum e usual esta tendência (MARCONDES, 2020).

A Figura 7 disposta abaixo está demonstrando o índice de emprego captado pelo Ministério do Trabalho e Emprego entre os anos de 2001 e 2009 no Brasil, este se relaciona com a taxa de homicídios captados pelo SIM/DATASUS no mesmo período (Figura 4). A

metodologia utilizada por Zanetti (2019) é o da estatística da análise exploratória espacial dos dados, que é usado visando encontrar autocorrelação espacial em termos econométricos.

Figura 7 – Índice de Emprego entre os anos de 2001 e 2009 no Brasil



Fonte: Média ponderada de nove indicadores extraídos de duas bases do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (Zanetti, 2019).

Em destaque no comparativo dos estados brasileiros fica no estado de Alagoas, que demonstra a maior taxa de criminalidade e ao mesmo tempo a menor taxa ocupacional de emprego, o que já demonstra a relação negativa entre o emprego e o crime, corroborando que o desemprego é influente às taxas de criminalidade do país (ZANETTI, 2019).

Cavalcanti (2019) utilizou o materialismo histórico dialético com foco no sistema prisional brasileiro, sua busca é a compreensão de como o capitalismo neoliberal influencia as variáveis socioeconômicas e o Estado de bem-estar social é culpado pelo encarceramento massivo no Brasil, dentro do contexto histórico demonstra como se forma estruturalmente os problemas socioeconômicos do país, dentre eles o desemprego e como este se relaciona a criminalidade. No contexto histórico estão as políticas neoliberais impostas nos EUA e repetidas na América do Sul, expostas dentro do trabalho como propulsoras de desigualdade e de marginalização dos pobres e em função disto também propulsora de maiores níveis de criminalidade dentro dos países sul-americanos.

A importância do emprego dentro da pesquisa focada no encarceramento brasileiro está voltada para a ressocialização dos presidiários, por meio de empregos dentro do sistema capitalista. Essa ideia de ressocialização nunca se tornou realidade por diversas condições precárias demonstradas pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

(INFOPEN). Segundo o INFOPEN (2017) as taxas de ocupação prisional passam de 100% em diversos estados, o que dificulta na inclusão dos presos para a sociedade novamente, o que os mantém dentro do mundo do crime e sem compor o sistema trabalhista.

Quando partimos da perspectiva do encarceramento e das condições de punição no Brasil, entendemos uma relação reversa entre emprego e crime. Dessa maneira que está disposto entendemos o crime como fator impeditivo para o emprego e assim o próprio sistema carcerário é um fator influente para a criminalidade e também influencia no desemprego. Acabando por gerar dois problemas sociais, mostrando mais uma relação entre desemprego e crime (CAVALCANTI, 2019).

Quadro 6 – Relação entre Desemprego e Criminalidade no Brasil

Autor	Metodologia	Resultados
Becker e Kassouf (2017)	Variáveis econométricas dinâmicas (GMM-SYS)	Relação positiva entre desemprego e criminalidade
Castro (2019)	Diferenças em Diferenças Espacial com Pareamento (SDIDM), e Diferenças em Diferenças Espacial (SDID) - Econometria	Relação Positiva entre e desemprego e criminalidade
Marcondes (2020)	Econometria espacial	Relação ambígua entre desemprego e criminalidade. Pode influenciar negativamente e positivamente.
Zanetti (2019)	Análise exploratória espacial – autocorrelação econométrica	Relação positiva entre desemprego e criminalidade
Cavalcanti (2019)	Materialismo Histórico Dialético	Relação positiva entre desemprego e criminalidade

Fonte: Elaboração Própria

Nas pesquisas analisadas sobre a relação da criminalidade com o desemprego no Brasil, com diferentes métodos de pesquisa e diferentes recortes temporais, foram encontrados resultados similares na comparação das variáveis. Para a mensuração da criminalidade foi utilizada a taxa de homicídios, enquanto para medir o nível de desemprego foram observadas as taxas de emprego no país e o nível de desemprego no período vigente das pesquisas. No Quadro 6 a maioria dos autores expõe que existe relação positiva entre a criminalidade e o desemprego, quanto maior o nível de desemprego, maior será a criminalidade dentro do país. Entretanto, em uma das pesquisas, há o entendimento de relação ambígua entre desemprego e criminalidade, podendo ser positiva ou negativa a relação, devido ao fator renda ser menor para maiores taxas de desemprego, portanto supostamente a quantidade de vítimas para crimes contra a propriedade seria menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar se existe relação da criminalidade com as variáveis socioeconômicas do Brasil. Dada a violência histórica existente no Brasil existem diversos estudos visando entender o panorama do crime no país. Além do fator da violência, que é relacionado à segurança pública, também o país enfrenta problemas socioeconômicos, tais como a desigualdade de renda, o nível de escolaridade dos brasileiros e as taxas de desemprego enfrentadas no território nacional.

Para analisar a influência dos indicadores socioeconômicos sobre a criminalidade no Brasil, em primeiro lugar foi contextualizada o comportamento do criminoso, utilizando como base a Teoria da Economia do Crime por Gary Becker, onde foram identificadas as motivações que levam ao crime, baseadas na teoria da utilidade e no custo de oportunidade que a vida ilícita pode proporcionar. Após entender o comportamento do criminoso, a compreensão obtida em relação ao crime é que um dos seus maiores motivadores é dado por razões econômicas.

A renda, escolaridade e desemprego foram as variáveis tratadas neste estudo, todos motivadores são incorporados a relações socioeconômicas do país. As três variáveis possuem contextualização histórica que as explicam, tais como a marginalização, a pobreza e a desigualdade que fazem parte da realidade do país pelo menos desde o século passado. Segundo a Teoria Econômica do Crime, essa realidade que marginaliza os indivíduos desfavorecidos economicamente é responsável pela violência que ocorre no país.

O nível de renda é um dos fatores abordados e entendidos como responsáveis pelas taxas de criminalidade. Na teoria foi apresentada ideia de que para menores níveis de renda geram maior criminalidade, para mensurar a renda pode ser utilizado principalmente o PIB *per capita* das famílias, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o índice de Gini, essas variáveis servem para compreendermos a desigualdade de renda, compreendida por Ehrlich como um dos maiores geradores da criminalidade.

A baixa escolaridade tende a ser influente no nível de criminalidade de acordo com os estudos embasados teoricamente. Um dos motivos da baixa escolaridade ser um incentivador ao crime é a tendência de menor oportunidade de renda que a baixa escolaridade proporciona. Assim, o custo de oportunidade tende a ser menor para o indivíduo sem estudo vir a cometer delitos, além de sua compreensão social ser menor devido a possivelmente possuir menos conhecimento.

Na literatura a taxa de desemprego pode influenciar as taxas de criminalidade também no sentido de custo de oportunidade. Pois o desempregado possui um custo de oportunidade menor para praticar atividades ilícitas, dado sua tendência de menor acesso a renda. A falta de renda como motivador pode levar ao crime, além de marginalizar o indivíduo socialmente e aumentar a probabilidade dessa marginalização levar a comportamentos violentos para com a sociedade.

Na bibliografia deste estudo sobre os índices de renda, escolaridade e desemprego foram encontrados embasamentos teóricos desde formulações científicas com autores como Gary Becker e Isaac Ehrlich, além de serem expandidas e comprovadas ao longo do tempo com estudos realizados no mundo inteiro e dentro do Brasil, sob aspectos de confirmação por números estatísticos e realidades empíricas sobre a criminalidade e os índices socioeconômicos retratados.

O panorama sobre a criminalidade no Brasil e suas variáveis econômicas possui importância para este estudo no sentido de ampliar a compreensão dos motivadores ao crime no país. A preocupação com a segurança pública brasileira é presente no cenário científico nacional, por causa deste fator regularmente são publicados anuários e periódicos para compreender a realidade da criminalidade que assola o país.

A condição socioeconômica é uma preocupação para a violência no Brasil, o entendimento é que o problema do país é estrutural. A segurança pública é afetada por questões de desestruturação familiar, baixa escolaridade, falta de oportunidades de emprego e desigualdade de renda. Esses motivadores nos levam a entender a problemática que envolve as altas taxas de homicídio no país, que geram preocupações e estudos visando para que a violência dentro do âmbito nacional diminua.

As análises observadas sobre os indicadores socioeconômicos do país encontraram relação da criminalidade com os problemas causados pela falta e desigualdade de renda, pelo baixo nível de escolaridade e por altas taxas de desemprego no país. Essas relações determinaram a dinâmica elaborada neste trabalho, as causas socioeconômicas se demonstraram influentes na criminalidade do Brasil de acordo com os resultados encontrados.

Na variável renda, foi utilizado o materialismo histórico dialético, e principalmente, métodos estatísticos e econométricos para encontrar os resultados da criminalidade com a renda no Brasil. O resultado encontrado em todos os estudos foi de relação negativa da renda com a criminalidade, menores níveis de renda geram maiores taxas de criminalidade. Na variável escolaridade foram usados métodos estatísticos e econométricos de forma geral, onde também foi encontrada relação negativa com a criminalidade, menores níveis de escolaridade

geram maiores taxas de criminalidade. E quanto ao desemprego também foi utilizado o materialismo histórico dialético e métodos estatísticos e econométricos, onde na maioria dos estudos foi encontrada relação positiva do desemprego com a criminalidade, quanto maior o nível de desemprego, maiores taxas de criminalidade. Mas também foi encontrado resultado ambíguo, onde pode ser tanto positivo quanto negativo o resultado. Esse fator é explicado devido ao menor número de pessoas empregadas são transformadas em menores números de alvos para crimes contra a propriedade.

Os resultados demonstraram a relação existente entre a criminalidade e os indicadores socioeconômicos. Neste estudo foram constatados como os problemas dos índices negativos na economia e os problemas sociais propulsionam o aumento da criminalidade no país. A síntese elaborada demonstrou as fragilidades que os problemas socioeconômicos podem trazer ao país, onde a segurança pública é uma das áreas mais afetadas, principalmente a classes onde possuem menor renda e condições sociais favoráveis.

Ainda existem limitações dentro da área estudada no sentido de existir maior quantidade de dados recentes sobre o crime relacionado a economia no Brasil, além de maiores detalhamentos sobre as motivações dos crimes. O que também seria muito importante é maiores quantidades de relatórios sobre os encarcerados, tais como seus dados, crimes que cometeram as motivações que os levaram a exercer atividades ilícitas. Outra limitação é entender como se comportam as variáveis socioeconômicas além da análise individual e de condição teoricamente precária dos indivíduos, pois também comete crimes quem possui bons níveis de renda, maior nível grau de instrução escolar e condição de emprego.

A partir da elaboração deste estudo podemos compreender os problemas socioeconômicos do país, ao perceber como índices negativos de renda, escolaridade e desemprego podem ser prejudiciais ao país, observamos como as taxas de criminalidade são afetadas por essas variáveis. Ao analisarmos esses problemas, uma das soluções para a redução do crime no país, seria a elaboração de um maior número de políticas públicas, com mecanismos para diminuir a desigualdade socioeconômica, melhores execuções de programas de transferência de renda e de incentivos ao estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERS, R. L.; JENSEN, G. F. Empirical status of social learning theory of crime and deviance: the past, present, and future. *In: Social learning theory and crime: a progress report*. Florida: Advances in Criminological Theory, 2006.

ARAÚJO JR., A. F. Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando microdados e pseudo painel - 1981/1996. **Revista de Economia e Administração**, v. 1, n. 3, p. 1-34, 2002. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/25578/raizes-economicas-da-criminalidade-violenta-no-brasil--um-estudo-usando-micro-dados-e-pseudopainel---1981-1996> >. Acesso em: 15 mar. 2021.

ARAÚJO, J. P. F.; ANTIGO, M. F. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 2, p. 308-335. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rec/v20n2/1415-9848-rec-20-02-00308.pdf> >. Acesso em: 20 fev. 2021.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A.; TEIXEIRA, A. P. Explorando os determinantes da geografia do crime nas cidades médias mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v.8, n. 1, p. 21-31, 2008. Disponível em: <<http://joaootavio.com.br/bioterra/workspace/uploads/artigos/criminalidade-5181723100aa4.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2020.

BEATO, C. C.; REIS, I. A. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. *In: HENRIQUES, R. (Org.). Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: p. 385-403. IPEA, 2000. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1277-desigualdadepobrezanobrasil-198-207-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. *In: The economic dimensions of crime*. Springer, 1968.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A. L. Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 1 (59), p. 215-242, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182017000100045&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BOLDORI, J. D. M. Escolaridade de Criminosos. **Ágora Revista de Divulgação Científica**, 21(1), 5-23, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/1003>>. Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei N. 9.796de 2018**. Senado Federal. PL N. 2.438/2015 e PL N. 7.148/2017. Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. CPI do Assassinato de Jovens. Brasília, 2018.

BUVINIC, M.; MORRISON, A.; SHIFTER, M. **Violencia en América Latina y El Caribe: un marco de referencia para la acción**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, División de Desarrollo Social, Estudio Técnico, 1999.

CASTIGLIONI, L. ARAÚJO FILHO, G. M. Crime e castigo no Brasil: o perfil dos encarcerados brasileiros. **Brazilian Journal of Forensic Sciences**. Medical Law and Bioethics 6 (2): 228-246, 2017.

CASTRO, T, E. de. **Políticas de segurança pública no Brasil sob o olhar da economia do crime**: os casos do PRONASCI e Programa da Escola da Família. Tese (Doutorado em Ciências da Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2019.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade**: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para Discussão 956), junho, 2003.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela redução de homicídios**. Brasília: IPEA, 2016.

COHEN, L.; FELSON, M.; LAND, K. C. Property crime rates in the United States: a macrodynamic analysis, 1947-1977. **American Journal of Sociology**, 86, 1: 90-119, 1979.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Assistência Social. A Dinâmica da Violência nos Municípios Brasileiros. **Estudo Técnico**, v. 1, n. 14, p. 135-149, 2009.

CONTI, T. V. **Dossiê armas, crimes e violência**: o que nos dizem 61 pesquisas recentes, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DUENHAS, R.A; GONÇALVES, F. O.; JUNIOR, E. G. Educação, segurança pública e violência nos municípios brasileiros: uma análise de painel dinâmico de dados. **UEPG Sociologia Aplicada**. Ponta Grossa, 22:179-191, jul/ago, 2014. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>. Acesso em: 15 fev. 2021.

EHRlich, I. Participation in illegitimate activities: a theoretical and empirical investigation. **The Journal of Political Economy**, 1973.

FAJNZYLBBER, P.; ARAUJO JUNIOR, A.; Violência e Criminalidade. *In*: **Microeconomia e Sociedade no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa/FGV, v.1, p. 333-394, 2001.

FERREIRA, R. S. A.; SAMPAIO, Q. C. O; MONTEIRO, J. B.; SEVILLA, P. R. J.; ARAUJO, I. L.; PINHEIRO, A. M. Os homicídios a partir de uma ótica por escolaridade: considerações para as grandes regiões do Brasil. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 3678-3691 nov./dez. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP; INSTITUTO SOU DA PAZ; INSTITUTO IGARAPÉ. **Agenda segurança pública é solução 2018**. Brasil: FBSP, Instituto Sou da Paz e Instituto Igarapé, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência – IVJ Violência**, 2014.

FREEMAN, R. B. Crime and the job market. Cambridge, MA: **National Bureau of Economic Research**, 44 p. (Working paper, n. 4910) 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GUIRARDI, E. R.; MANOLESCU, F. M. K. Criminalidade e Violência no Brasil. *In: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba*, 6., 2009. São José dos Campos: São Paulo: **Anais [...]**. São José dos Campos: São Paulo: UNIVAP, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Atlas da Violência 2017**. Brasil: IPEA e FBSP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Brasil: IPEA, 2020.

KELLY, M. **Inequality and crime**. *The Review of Economics and Statistics*, vol. 82, n. 4, p. 530-539, 2000.

KHAN, T. **Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 42-48, 1999.

KUME, L. Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: uma aplicação em painel dinâmico. *In: ANPEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA*. [S.l.], 2004.

LOCHNER, L.; MORETTI, E. 2004. The effect of education on crime: evidence from prison inmates, Arrests, and Self-Reports. **American Economic Review**, 94, 2004.

LOCHNER, L. Individual perceptions of the criminal justice system. **American Economic Review**, 97, 2007.

LOUREIRO, A. O. F.; CARVALHO JR., J. R. A. O impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade brasileira. 2007. *In: XXXV Encontro Nacional de Economia*, Recife. ANPEC.

MACHIN, S.; MEGHIR, C. Crime and economic incentives. **The Journal of Human Resources**, vol. 39, no. 4, 2004, pp. 958–979. JSTOR, 2004.

MARCONDES, H. R. **Dois ensaios em criminalidade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 2020.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENDONÇA, A. B. A origem do crime organizado no Brasil: conceitos e aspectos históricos. **Revista Eletrônica Ministério Público do Ceará**. 1. ed. Ceará, 2011. Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/edi12011_f/artigos/ArianeBastosdeMendoncaMaia.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MERTON, R. K. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, [American Sociological Association, Sage Publications, Inc.], v. 3, n. 5, p. 672–682, 1938.

MIJAN, P, H, C. **Economia do crime**: as contribuições de Gary Becker, seu desenvolvimento e aplicações atuais. 2017. Dissertação (Graduação de Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2017.

OLIVEIRA, C. M. S. de; *et al.* A criminalidade no Brasil e seus aspectos econômicos no período 1990-2010: Uma análise de vetores autorregressivos para dados em painel - pvar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 15., 2017. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2017.

PEREIRA, R. **Crime e renda no Brasil**. 2017. Tese de Doutorado (Programa do Departamento de Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

PRANDO, C. C. M. Sobre a paz e o estatuto do desarmamento. **Novos Estudos Jurídicos**. p. 137-144, 2007. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/458>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ROSA, B. T.; *et al.* Avaliação do programa bolsa trabalho e suas consequências sobre a violência homicida de jovens no município de Osasco/SP. In: **ANPEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**, 2018.

SANTIAGO, A.; GUIMARÃES, G. Desemprego e crime: uma análise temporal para a região metropolitana de Porto Alegre. **Revista de Estudos Sociais**. v. 21, n. 42. 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/7158>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, C. A.; CASAGRANDE, D.; HOECKEL, P. H. Teoria econômica do crime: dos pressupostos acadêmicos à empiria do dia a dia na vida de ex presidiários de Santa Maria - RS. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, vol. 27, n.2, p. 308 – 325, 2015.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. Technical Report, **ANPEC**, 2008.

SCHAEFER, G. J.; SHIKIDA, P. F. A. Economia do crime: elementos teóricos e evidências empíricas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 19, n. 36, p.195-217, setembro, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10682>>. Acesso em: 15out. 2020.

SEILLIER, M. **Criminalidade nos estados brasileiros no período 2001-2005: uma análise econômica com dados em painel.** 2010. 78 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SILVA, C. G. **A criminalidade enquanto expressão da questão social: a realidade socioeconômica das apenadas do complexo penal Dr. João Chaves.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

SOUZA, L. A. F. **Políticas de segurança pública no Estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do observatório de segurança pública da UNESP.** Luís Antônio Francisco de Souza (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

THÉRY, H. Retratos da violência no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 2, p. 457-465, mês. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/133702>>. Acesso em: 10 out. 2020.

THOMÉ, D. B.; VONBUN, C. **Análise do impacto dos gastos públicos com programas de transferência de renda sobre a criminalidade.** Texto para Discussão, n. 2315, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017.

TORELLY, E.; SILVA, M.; MADEIRA, L. M. Cor, escolaridade e prisão: um estudo sócio jurídico do fenômeno da reincidência criminal. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 3, p. 1-16, 2006. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.net/cor-escolaridade-e-prisao-um-estudo-socio-juridico-do-fenomeno-da-reincidencia-criminal/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide 2013.** London: UNODC, 2014.

VIAPIANA, L. T. **Economia do crime: uma explicação para a formação do criminoso.** Porto Alegre: AGE Editora, 2006.

ZANETTI, P. H. **Causas econômicas da sensação de (in)segurança: abordagem do macro e micro ambiente.** 2019. Dissertação (Pós-Graduação em Economia Aplicada) - Universidade Federal de São Carlos, 2019.